

**PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO:
IMPACTOS NA EDUCAÇÃO INTEGRAL E INTEGRADA**

MESQUITA/RJ

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO:
IMPACTOS NA EDUCAÇÃO INTEGRAL E INTEGRADA**

MESQUITA/RJ

Brasília
MEC
2015

EXPEDIENTE

MEC

Ministro de Estado da Educação
Renato Janine Ribeiro

Secretário Executivo
Luiz Cláudio Costa

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA (SEB)

Manuel Fernando Palacios da Cunha e Melo

DIRETORIA DE CURRÍCULOS E EDUCAÇÃO INTEGRAL

Clarice Salete Traversini

FICHA TÉCNICA

Profa. Dra. Janaina S. S. Menezes (UNIRIO)

Flávia R. S. Paiva (Doutoranda em Educação/UNIRIO)

Luana G. Oliveira (Mestre em Educação/UNIRIO)

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEMEI	– Centro Municipal de Educação Infantil
CIEP	– Centro Integrado de Educação Pública
COC	– Conselho de Classe
DDE	– Diretor do Departamento de Educação
DE	– Diretor(a) Escolar
EF	– Ensino Fundamental
EI	– Educação Integral
EJA	– Educação de Jovens e Adultos
EM	– Escola Municipal
EMEI	– Escola Municipal de Educação Infantil
EMGRS	– Escola Municipal Governador Roberto Silveira
EMRAS	– Escola Municipal Rotariano Arthur Silva
EMSD	– Escola Municipal Santos Dumont
FNDE	– Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
GAE	– Gerente de Alimentação Escolar
GAI	– Gerente dos Anos Iniciais
GEI	– Gerente de Educação Integral
IBGE	– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Ideb	– Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	– Índice de Desenvolvimento Humano
Inep	– Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDBEN	– Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LO	– Lei Orgânica

- MEC – Ministério da Educação
- NEEPHI – Núcleo de Estudos, Tempos, Espaços e Educação Integral
- OE – Orientador(a) Educacional
- OEPNAIC – Orientador(a) de Estudos do Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa
- PAE – Programa Atleta na Escola
- PCPEI – Professor Coordenador Pedagógico de Educação Integral
- PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola
- PEA – Programa Escola Aberta
- PME – Programa Mais Educação
- PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
- PNAIC – Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa
- PNE – Plano Nacional de Educação
- PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
- PPP – Projeto Político-Pedagógico
- PSE – Programa Saúde na Escola
- RJ – Rio de Janeiro
- SEB – Secretaria de Educação Básica
- SEMED – Secretaria Municipal de Educação
- Simec – Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle
- SME – Secretário Municipal de Educação
- UEx – Unidade Executora
- UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
- UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Sujeitos envolvidos na pesquisa no Município de Mesquita – 2014 ...	12
QUADRO 2 – Atendimento nas unidades escolares da rede municipal de ensino do Município de Mesquita – 2014.....	15
QUADRO 3 – Sistema de funcionamento do Programa Mais Educação, no Município de Mesquita – 2014.....	37

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Ideb dos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental, no Brasil e no Município de Mesquita – 2007, 2009, 2011, 2013.....	9
TABELA 2 – Professores que atuam no Ensino Fundamental da rede municipal de ensino do Município de Mesquita, segundo o nível de escolaridade – 2014.....	16
TABELA 3 – Escolas contempladas com o Programa Mais Educação no Município de Mesquita – 2009-2014	19
TABELA 4 – Quantitativo de alunos no Simec e no PME e oficinas/atividades do PME oferecidas pelas escolas pesquisadas no Município de Mesquita – 2014.....	22

SUMÁRIO

1	Introdução.....	8
1.1	Critérios e justificativa da escolha do Município de Mesquita.....	8
1.2	Metodologia da pesquisa.....	10
1.3	O Município de Mesquita.....	13
1.4	A educação na rede municipal de ensino de Mesquita	15
2	A Educação Integral na rede municipal de Mesquita	17
2.1	O Programa Mais Educação.....	17
2.2	A Escola Piloto de Educação Integral em Tempo Integral.....	26
3	O PME e a construção da política de Educação Integral em tempo integral em Mesquita	28
3.1	Sujeitos.....	28
3.1.1	Os educadores do PME em Mesquita	28
3.1.2	Os alunos no PME em Mesquita	35
3.2	Tempos	36
3.3	Espaços.....	41
3.4	Currículo e prática pedagógica.....	49
3.5	Gestão e relação com a comunidade.....	54
4	Considerações finais.....	65
	Referências.....	72
	Anexos.....	77

1 INTRODUÇÃO

Este relatório apresenta parte dos resultados da pesquisa intitulada *Programa Mais Educação: Impactos na Educação Integral e Integrada*, a qual tem por objetivo analisar o impacto do Programa Mais Educação (PME) na construção de políticas públicas de Educação Integral (EI) em estados e municípios do Brasil.

A referida pesquisa faz parte de um conjunto de dois estudos sequenciais, em que o primeiro, finalizado em 2013, apresentou um caráter prioritariamente quantitativo e o segundo, essencialmente qualitativo. Este último abarca um conjunto de municípios integrantes das diferentes regiões brasileiras, estando o presente documento direcionado para a análise específica de Mesquita, localizado no Estado de Rio de Janeiro (RJ), um dos municípios selecionados da Região Sudeste.

1.1 Critérios e justificativa da escolha do Município de Mesquita

A escolha de Mesquita para integrar o conjunto de municípios investigados na fase qualitativa desta pesquisa se faz associar especialmente a três motivos: primeiro, sua adesão ao Mais Educação ocorreu em 2009 – segundo ano de vigência do PME no País –, apresentando, assim, significativo tempo de experiência no processo de implementação do Programa; segundo, aos baixos resultados de seus indicadores sociais e educacionais, entre os quais se destaca o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), bem como ao elevado índice de violência presente no município, localizado na Baixada Fluminense; terceiro, ao fato de alguns de seus documentos “normatizadores” revelarem que Mesquita buscou, a partir da implantação do PME, construir sua própria política de educação integral em tempo integral, tendo, inclusive, em 2014, inaugurado uma escola piloto, cujo projeto pedagógico toma como referência a experiência conquistada com o PME, porém busca ultrapassá-la na perspectiva de contemplar o projeto educacional específico do Município.

Relativamente ao Ideb, cujos valores variam em uma escala de zero a dez, a Tabela 1 revela que, embora com resultados crescentes, no decorrer de 2007

para 2013, ao mesmo tempo que as médias totais tanto para o primeiro quanto para o segundo segmento do Ensino Fundamental (EF) no Brasil, apresentam valores muito baixos, os resultados desses mesmos indicadores associados às redes municipais foram mais baixos ainda, sendo que, infelizmente, a rede municipal de Mesquita apresentou valores ainda menores, com situação agravada no segundo segmento desse ensino.

TABELA 1 – Ideb dos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental, no Brasil e no Município de Mesquita – 2007, 2009, 2011, 2013

Localidades	Ensino Fundamental	Ideb observado				Metas projetadas			
	Segmentos	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013
Brasil (Total) ⁽¹⁾	Anos iniciais	4.2	4.6	5.0	5.2	3.9	4.2	4.6	4.9
	Anos finais	3.8	4.0	4.1	4.2	3.5	3.7	3.9	4.4
Brasil (Redes municipais)	Anos iniciais	4.0	4.4	4.7	4.9	3.5	3.8	4.2	4.5
	Anos finais	3.4	3.6	3.8	3.8	3.1	3.3	3.5	3.9
Mesquita (Redes municipais)	Anos iniciais	3.9	4.1	4.1	4.5	3.7	4.1	4.5	4.8
	Anos finais	3.3	3.4	3.5	3.3	3.4	3.6	3.9	4.3

Fonte: Tabela elaborada pelos autores a partir dos dados constantes no *site* do Inep (INEP, 2014).

⁽¹⁾ Os resultados correspondem à média do Ideb de todas as redes de ensino do País.

Vale observar que, em 2013, “as metas [do Ideb] da rede municipal de ensino foram alcançadas por 69,7% dos municípios brasileiros” (INEP, 2014a). Todavia, embora os resultados de Mesquita venham avançando, o Município não pode ser incluído nesse grupo, cabendo destacar, inclusive, a significativa distância entre a meta projetada e o resultado por ele alcançado para o segundo segmento do Ensino Fundamental, no referido ano. Esse fato, dentre outros, contribui para que o Município faça jus a ações, programas e políticas, com origem no Governo Federal, voltados para o avanço da qualidade da educação, e que, paralelamente, contribuem para a diminuição das desigualdades locais e regionais.

Ainda no que tange à justificativa da escolha de Mesquita para integrar esta pesquisa, vale observar que o Regimento Escolar Comum das escolas da rede

municipal de ensino – aprovado em 2011 e, portando, durante o processo de implementação do PME no Município – apresenta aspectos específicos sobre a proposta de implantação de um programa municipal de Educação Integral que tenha por base o “programa de educação integral do Ministério da Educação” (MESQUITA, 2011), qual seja o Programa Mais Educação:

Art. 79. As ações de educação integral desenvolvidas na Rede Municipal de Ensino de Mesquita são regidas pelos princípios e fundamentos do *programa de educação integral do Ministério da Educação*.

§ 1º A realização do horário integral, nos termos estabelecidos no presente regimento, é parte fundamental do processo de implantação de um programa municipal de educação integral *a partir das experiências do programa do MEC*.

§ 2º Cabe à SEMED a coordenação geral das ações de educação integral, dos os princípios, as finalidades, os objetivos e a estrutura de desenvolvimento do programa do MEC. (MESQUITA, 2011) (Grifos nossos).

Sob essa perspectiva, tendo por referência o Mais Educação, Mesquita vem buscando construir seu próprio programa de educação integral em tempo integral, o qual, conforme será detalhado posteriormente neste relatório, teve seus traços iniciais demarcados por meio da inauguração da Escola Piloto de Educação Integral em Tempo Integral.

1.2 Metodologia da pesquisa

O presente relatório, conforme evidenciado, abarca uma pesquisa de cunho prioritariamente qualitativo, que toma como referência um estudo de caso que teve como lócus de sua ação o Município de Mesquita/RJ.

Considerando a dificuldade de serem investigadas todas as escolas da rede municipal de ensino de Mesquita atendidas pelo PME, solicitamos aos técnicos da Secretaria Municipal de Educação (SEMED) que sugerissem duas delas para integrarem a pesquisa. Foram então indicadas a Escola Municipal Rotariano Arthur Silva (EMRAS) e a Escola Municipal Santos Dumont (EMSD).

Para a seleção das escolas, a coordenadora do PME junto à SEMED evidenciou ter levado em consideração aspectos diferenciados. No caso da EMRAS, foram considerados os seguintes fatos: (1) a maioria dos alunos da escola integra o segundo segmento do Ensino Fundamental¹; (2) a escola implantou o PME já no primeiro ano de vigência do Programa no Município (2009); (3) as atividades do PME são realizadas essencialmente no âmbito da própria escola, a qual, utilizando recursos do Mais Educação, adequou vários de seus espaços de modo a dar consecução às atividades do Programa; (4) a escola apresenta certa dificuldade de captação de inscrições e/ou de frequência dos alunos no PME². Por sua vez, a EMSD foi selecionada por: (1) atender exclusivamente o primeiro segmento do Ensino Fundamental; (2) ter incorporado o PME recentemente (2012); (3) realizar todas as atividades do Programa em espaços parceiros; (4) apresentar elevados índices de frequência dos alunos no PME, contando, inclusive, com “fila de espera” para inscrições no Programa; (5) ter apresentado, em 2013, o maior Ideb associado aos anos iniciais do Ensino Fundamental da rede municipal (5.3)³.

O levantamento das informações fez-se associar a entrevistas semiestruturadas, cujo roteiro se encontra no Anexo A, realizadas, individualmente, com integrantes da SEMED – Secretário Municipal de Educação (SME); Diretor do Departamento de Educação (DDE); Coordenadora do PME junto à SEMED, sendo que, em Mesquita, esse cargo é denominado Gerente de Educação Integral (GEI); Gerente de Alimentação Escolar (GAE); Orientadora de Estudos do Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa (OEPNAIC) e Gerente dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (GAI) – e com integrantes de cada uma das duas escolas selecionadas – diretoras escolares e coordenadoras do Programa Mais Educação nas escolas, cargo este, em Mesquita, denominado Professor Coordenador Pedagógico de Educação Integral (PCPEI).

A coleta das informações desta pesquisa também ocorreu por meio da realização de grupos focais (Anexo B) com monitores do PME, alunos participantes do Mais Educação e pais/responsáveis por alunos em cada uma das duas escolas

¹ A partir de 2014, a escola passou a funcionar somente com duas turmas do primeiro segmento e outras 25 turmas do segundo segmento.

² Conforme será destacado, a violência no entorno da escola e o envolvimento dos alunos com o tráfico constituem-se alguns dos fatores que influenciam o fato de os alunos da EMRAS apresentarem baixa frequência ao Programa.

³ De acordo com dados do Inep, os valores do Ideb associados aos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental da EMRAS, para o ano de 2013, foram 3.9 e 3.3 respectivamente (INEP, 2014).

selecionadas. Também foram realizados grupos focais com diretores e PCPEIs de outras escolas que implantaram o PME em Mesquita, totalizando 61 sujeitos envolvidos na pesquisa, conforme é possível constatar no Quadro 1.

QUADRO 1 – Sujeitos envolvidos na pesquisa no Município de Mesquita – 2014

Unidade organizacional	Denominação	Abreviação	Sujeitos envolvidos (Nº)
SEMED	Secretário Municipal de Educação	SME	1
	Diretor do Departamento de Educação	DDE	1
	Gerente de Educação Integral	GEI	1
	Gerente de Alimentação Escolar	GAE	1
	Orientadora de Estudos do PNAIC	OEPNAIC	1
	Gerente dos Anos Iniciais do EF	GAI	1
Subtotal SEMED			6
E. M. Rotariano Arthur Silva (EMRAS)	Diretor Escolar	DE	1
	Professor Coordenador Pedagógico de Educação Integral ⁽¹⁾	PCPEI	1
	Pais/Responsáveis	-	4
	Monitores do PME	-	6
	Alunos inscritos no PME	-	8
Subtotal EMRAS			20
E. M. Santos Dumont (EMSD)	Diretor Escolar	DE	1
	Professor Coordenador Pedagógico de Educação Integral ⁽¹⁾	PCPEI	1
	Pais/Responsáveis	-	9
	Monitores do PME	-	5
	Alunos inscritos no PME	-	8
Subtotal EMSD			24
Grupos focais com integrantes de outras Escolas Municipais (EMs)	Diretores Escolares	DE	5
	Professor Coordenador Pedagógico de Educação Integral ⁽¹⁾	PCPEI	6
Subtotal outras EMs			11
TOTAL			61

Fonte: Elaborado pelas autoras.

⁽¹⁾ Denominado “Professor Comunitário” no âmbito do Governo Federal.

Após tratativas realizadas por telefone e por *e-mail*, as quais envolveram o Diretor do Departamento de Educação e a Gerente de Educação Integral da SEMED – ocasião em que foi enviado um cronograma detalhado de todas as ações que deveriam ser desenvolvidas nas escolas do Município, durante a visita *in loco*, bem como a solicitação dos documentos que deveriam embasar o trabalho –, a pesquisa de campo, em Mesquita, ocorreu nos dias 04, 05, 06 e 10 de junho de 2014.

Todas as entrevistas, resultantes de processos individuais ou de grupos focais, com a devida autorização escrita dos envolvidos, foram gravadas e, posteriormente, transcritas. O material decorrente das transcrições deu origem às informações que foram analisadas por meio da técnica de Análise de Conteúdos, desenvolvida por Bardin (1977), a qual partiu de cinco categorias pré-fixadas: (1) sujeitos, (2) tempos, (3) espaços, (4) currículo e prática pedagógica e (5) gestão e relação com a comunidade, as quais, embora inter-relacionadas, com vistas a uma melhor apresentação didática, foram trabalhadas em separado no presente relatório, constituindo, cada qual, uma seção.

Antes de passarmos aos resultados associados a cada uma das categorias mencionadas, realizaremos uma breve apresentação do Município de Mesquita e de sua educação, buscando, nessa sequência, detalhar aspectos relativos às experiências voltadas para a Educação Integral em tempo integral desenvolvidas na rede municipal de ensino.

1.3 O Município de Mesquita

Mesquita, localizado na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, constitui-se, atualmente, no mais novo município da Baixada Fluminense, tendo sido elevado à categoria de cidade por meio da Lei Estadual nº 3.253/1999 (RIO DE JANEIRO, 1999). Seu nome é uma homenagem ao Barão de Mesquita, proprietário de fazendas que ficavam localizadas na região central do Município (MESQUITA, 2014b). De acordo com Silva (2007), o Município, atualmente, é conhecido como “cidade dormitório”, já que grande parte da sua população precisa se deslocar para o Rio de Janeiro em busca de melhores oportunidades de emprego, fato que se deve,

entre outros, à decadência das fábricas instaladas na década de 1950 e ao baixo nível de investimento de seus governos em infraestrutura e saneamento.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2014), o Município de Mesquita possui uma área geográfica de 39 quilômetros quadrados e uma população estimada em 168.376 habitantes, apresentando uma densidade demográfica de 4.310,48 hab/km².

Segundo informações do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2014), no ano de 2010, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Mesquita foi 0,737, o que o coloca em décimo sexto lugar entre os noventa e dois municípios que compõem o Estado do Rio de Janeiro. Já no *ranking* nacional, o Município ocupa a 850^a posição desse indicador. Embora o IDHM de Mesquita seja considerado relativamente alto para os padrões nacionais, o Município apresenta elevados índices associados à violência. Em 2012, por exemplo, ele registrou 2,5 mortos por assassinato por 100 mil habitantes, sendo que esse indicador para a capital do Estado correspondeu a 1,51 (RIO DE JANEIRO, 2014).

A esse respeito, convém observar que, durante a realização das entrevistas, a Gerente de Educação Integral da SEMED ratificou a questão da violência no âmbito municipal.

“O Município atende a diferentes alunos. Cada escola tem uma realidade diferente: alguns alunos têm uma realidade social mais comprometida, outros não. Temos escolas em comunidades de confronto, temos escolas na [comunidade da] Chatuba, na [comunidade da] Coréia, que atualmente estão vivendo um confronto, onde integrantes do movimento [do tráfico] pediram, inclusive, para que a escola fosse fechada.”

O fato de o Município ser marcado pela presença de populações socialmente vulneráveis, com escolas situadas em áreas de risco social, constitui-se de extrema relevância para contextualizar as possíveis dificuldades educacionais em âmbito local.

Em relação à educação, de acordo com dados do PNUD, Mesquita contava com um IDHM-Educação de 0,678, apresentando taxa de analfabetismo equivalente a 3,46% da população acima de 15 anos (PNUD, 2014).

1.4 A educação na rede municipal de ensino de Mesquita

De acordo com a Lei nº 434/2008, o Sistema de Ensino de Mesquita é integrado por: escolas que compõem a sua rede municipal de ensino; escolas de Educação Infantil, criadas e mantidas pela iniciativa privada; pela Secretaria Municipal de Educação; pelo Conselho Municipal de Educação; e pelas instituições de ensino de outros níveis e modalidades que venham a ser criadas e mantidas pelo Município (MESQUITA, 2008a).

A rede municipal de ensino de Mesquita, em 2014, possuía 14.512 alunos divididos em 33 unidades escolares e distribuídos em diferentes etapas e modalidades de ensino da educação básica. Nesse sentido, cabe ressaltar que a SEMED informou que foram inauguradas duas creches municipais, de modo que, atualmente, Mesquita conta com 35 escolas, conforme disposto no Quadro 2.

QUADRO 2 – Atendimento nas unidades escolares da rede municipal de ensino do Município de Mesquita – 2014

Nível/modalidade de ensino	Escolas (Nº)	Alunos (Nº)	Outras informações
Educação Infantil (creche e pré-escola)	12	2.306	Do total de escolas, oito correspondem a Centros Municipais de Educação Infantil (CEMEIs), que atendem a crianças com idade entre quatro meses e três anos (berçário e creche), em tempo integral, e quatro correspondem a Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEIs), para crianças na faixa etária de quatro a cinco anos.
Ensino Fundamental regular (anos iniciais e finais)	22	10.185	Do total de escolas, seis atendem também à Educação Infantil.
EJA (anos iniciais e finais do Ensino Fundamental)	10	1.902	Do total de escolas, duas atendem somente a alunos inscritos no Projovem Urbano ⁽¹⁾ .
Ensino Fundamental – Educação Especial	01	119	E. M. Professor Marcos Gil: realiza atendimento especial a alunos com necessidades especiais.
TOTAL	35	14.512	-

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir dos dados fornecidos pela SEMED de Mesquita.

⁽¹⁾ Programa do MEC, desenvolvido em parceria com as redes estaduais e municipais de educação, que tem como objetivo “melhorar a escolaridade de jovens com idade entre 18 e 29 anos, que saibam ler e escrever e não tenham concluído o ensino fundamental, visando à conclusão desta

etapa por meio da modalidade de Educação de Jovens e Adultos integrada à qualificação profissional e o desenvolvimento de ações comunitárias” (BRASIL, 2014b).

Já a Tabela 2, que apresenta o nível de escolaridade dos professores do Ensino Fundamental da rede municipal de ensino de Mesquita, ao mesmo tempo que mostra que grande parte deles (54,4%) apresenta pós-graduação em nível *lato* ou *stricto sensu*, revela um desafio a superar, qual seja, diminuir o percentual de professores (22,4%) que alicerça sua formação apenas no nível médio modalidade Normal.

TABELA 2 – Professores que atuam no Ensino Fundamental da rede municipal de ensino do Município de Mesquita, segundo o nível de escolaridade – 2014

Ensino Fundamental	Número de professores			Total
	Nível médio, modalidade Normal	Graduação	Pós-Graduação	
1º segmento	218	164	184	566
2º segmento	-	62	346	408
TOTAL	218	226	530	974

Fonte: OLIVEIRA, 2014, p. 91.

Na sequência, apresentamos os resultados da pesquisa associados à Educação Integral na rede municipal de Mesquita.

2 A EDUCAÇÃO INTEGRAL NA REDE MUNICIPAL DE MESQUITA

Ao analisarmos a educação da rede municipal de Mesquita, com foco na Educação Integral e no tempo integral, verificamos que, a partir do Programa Mais Educação, o Município buscou construir sua própria política de Educação Integral em tempo integral. Nesse sentido, nesta seção, será apresentado o desenvolvimento dos processos de implementação do PME em Mesquita e, na sequência, de implantação da Escola Piloto de Educação Integral em Tempo Integral.

2.1 O Programa Mais Educação

Segundo informações obtidas junto à Gerente de Educação Integral da SEMED, a implantação da educação em tempo integral na rede municipal de educação de Mesquita teve início em 2009, com a chegada do Programa Mais Educação. Contudo, cabe destacar que encontramos documentos da rede, com data anterior à implantação do PME, abordando questões referentes à temática proposta. Assim, com vistas a uma organização cronológica, apresentamos brevemente esses documentos.

Em relação à ampliação do tempo escolar, encontramos na Lei Orgânica (LO) de Mesquita, que “As escolas municipais funcionarão com jornada diária mínima de quatro horas ou turno integral, consideradas a demanda de vagas no município, a realidade dos alunos e as condições necessárias ao desenvolvimento do processo educativo” (MESQUITA, 2008, Art. 178, § 2º). Essa Lei vai ao encontro da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), que determina a ampliação progressiva do tempo de permanência do aluno do Ensino Fundamental na escola (BRASIL, 1996, Art. 34).

Verificamos que a LO, embora não aborde diretamente a temática da Educação Integral, apresenta que a educação municipal deve oferecer uma maior preparação e formação do indivíduo com vistas à sua inserção na sociedade:

Art. 176, II. O preparo do cidadão para a reflexão, a compreensão e a crítica da realidade social, tendo o trabalho como princípio educativo, mediante o acesso à cultura e aos conhecimentos científicos, tecnológicos e artísticos historicamente acumulados. (MESQUITA, 2008).

A Lei nº 434/2008, que instituiu o sistema municipal de ensino de Mesquita, assim como a Lei Orgânica, abarca a questão do tempo integral, porém destaca o Ensino Fundamental, etapa de ensino observada nesta pesquisa e considerada responsabilidade prioritária do município: “O Ensino Fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral, em consonância com os órgãos do Sistema Municipal de Ensino” (MESQUITA, 2008a, Art. 19, § 2º).

No que tange ao Programa Mais Educação, conforme evidenciado anteriormente, ele foi implantado em 2009, sendo que, tendo por referência as entrevistas do Diretor do Departamento de Educação e das professoras coordenadoras pedagógicas da Educação Integral⁴ da E. M. Rotariano Arthur Silva e da E. M. Governador Roberto Silveira (EMGRS), podemos concluir que houve um período – equivalente a, aproximadamente, um semestre letivo – de pré-implantação do PME em Mesquita, anterior ao início do Programa, que foi permeado por reuniões de formação e de planejamento envolvendo tanto os profissionais da SEMED quanto os professores que iriam coordenar o PME nas escolas:

“Houve um período grande de capacitação em que lemos, reunimos e estudamos muito [...] Eu fui tirada de sala de aula em março ou abril de 2009, e o Mais Educação, na minha escola, só começou em outubro de 2009.” (PCPEI na EMRAS).

Também foi possível perceber a preocupação, por parte do Município, em apresentar às escolas o Programa que estava chegando: “[...] a coordenação de educação integral do município da época foi à escola realizar reuniões com os professores e funcionários, pois era algo novo que até então não conhecíamos”

⁴ Denominação utilizada em Mesquita para os professores responsáveis pela coordenação do PME junto às escolas municipais, e cuja nomenclatura do MEC corresponde a “Professor Comunitário”. Segundo informações disponibilizadas no *Manual de Educação Integral...*, a seleção do Professor Comunitário deverá fazer associar-se à unidade escolar, o qual deverá responsabilizar-se pelas atividades vinculadas à implementação da Educação Integral, sendo que a contrapartida de 20 a 40 horas semanais, associada à carga horária desse professor, deverá ser de responsabilidade das Secretarias Municipal, Estadual ou Distrital de Educação (BRASIL, 2014).

(DDE na SEMED), bem como com a formação dos profissionais da educação e demais educadores⁵ que iriam desenvolver as atividades associadas ao PME.

A Tabela 3, que tem por objetivo evidenciar a evolução do número de unidades escolares e do quantitativo de alunos vinculados ao PME em Mesquita, revela, entre outros, que, de 2009 para 2014, o Programa passou a ser oferecido em todas as escolas da rede municipal de ensino do Município.

TABELA 3 – Escolas contempladas com o Programa Mais Educação no Município de Mesquita – 2009-2014

Nº	Unidade escolar	Quantitativo de alunos inscritos no Programa Mais Educação					
		2009	2010	2011	2012	2013	2014
01	E. M. Lourdes Ferreira de Campos	210	209	218	176	196	120
02	E. M. Presidente Castelo Branco	500	300	300	300	300	300
03	E. M. Maria Dolores de Mello Porto	210	210	210	180	150	120
04	E. M. Vereador Américo dos Santos	425	425	425	300	300	300
05	E. M. Governador Roberto Silveira	500	300	300	300	360	240
06	E. M. Machado de Assis	210	210	150	150	150	150
07	CIEP ⁶ Mun. Padre Nino Miraldi	276	276	231	240	285	240
08	E. M. Doutor Manoel Reis	300	300	300	300	350	210
09	E. M. Irena Sendler	210	210	210	240	240	210
10	E. M. Rotariano Arthur Silva	350	350	350	350	400	270
11	E. M. Dr. Deoclécio Dias M. Filho	420	420	420	420	420	270
12	E. M. Ondina Couto	-	120	101	100	100	76
13	E. M. Hélio Mendes do Amaral	-	150	150	150	126	150
14	E. M. Genair Ramos Gabriel	-	120	120	150	150	210

⁵ Ao utilizarmos a palavra “educadores”, estamos fazendo referência também aos monitores, estudantes universitários e/ou pessoas da comunidade com habilidades específicas, que atuam sob o regime de voluntariado.

⁶ Centro Integrado de Educação Pública.

Nº	Unidade escolar	Quantitativo de alunos inscritos no Programa Mais Educação					
		2009	2010	2011	2012	2013	2014
15	E. M. Ely Baiense Vailante	-	120	120	120	150	150
16	E. M. Maria Isabel	-	150	150	150	150	381
17	E. M. Expedito Miguel	-	210	150	150	150	150
18	E. M. Ernesto Che Guevara	-	-	-	150	593	270
19	E. M. Santos Dumont	-	-	-	150	150	150
20	E. M. Samuel de Souza Maciel	-	-	-	150	150	100
21	E. M. Marcos Gil	-	-	-	-	100	100
22	E. M. Márcio Caulino Soares	-	-	-	-	-	117
23	E. M. Professor Quirino	-	-	-	-	-	120
TOTAL		3.611	4.080	3.905	4.226	4.970	4.404

Fonte: Elaborada pelas autoras a partir dos dados obtidos através do *site* do SIMEC (BRASIL, 2014a).

A observação dos dados da Tabela 3 permite constatar que: primeiro, o número de alunos inscritos nas escolas que aderiram ao Mais Educação no primeiro ano de implantação do Programa em Mesquita, em geral, foi maior do que o número de inscritos nas escolas que aderiram ao PME nos anos subsequentes; segundo, a grande maioria das escolas que aderiram ao Programa no primeiro ano de sua implantação no Município diminuiu o número de inscrições associadas ao PME, no decorrer de 2009 para 2014.

A diminuição do número de inscritos no PME, em algumas das escolas de Mesquita, segundo a GEI na SEMED, fez associar-se, entre outros fatores: à falta de espaços físicos dentro das próprias escolas e/ou de espaços parceiros; às estatísticas de violência no entorno das unidades escolares e/ou à dificuldade de mobilidade até os espaços parceiros devido, por exemplo, a questões climáticas; à responsabilidades/tarefas atribuídas, pelos pais, aos alunos do segundo segmento do EF em suas residências, não permitindo, por vezes, que eles frequentassem o Programa.

Quanto à escolha dos macrocampos⁷ e das atividades do PME, foi possível constatar, por meio dos relatos dos alunos, PCPEIs e diretores participantes dos grupos focais, que, no Município de Mesquita, cada escola seleciona as atividades que melhor se ajustam à sua realidade, considerando os espaços existentes para sua realização, o segmento que será atendido e sua proposta pedagógica. Vale frisar que, segundo as PCPEIs da E. M. Roberto Silveira e da E. M. Marcos Gil, até o ano de 2013, por orientação da GEI na SEMED, a escolha das atividades envolvia os profissionais da educação de cada escola e os alunos, sendo que, a partir de 2014, essa participação ficou restrita ao coordenador do Programa Mais Educação na escola e à direção escolar, tendo sido mantida, em algumas escolas, a enquete com os alunos.

Tendo por base os relatos dos pais dos alunos e dos próprios alunos da EMRAS, verificamos que as inscrições no PME consideraram também a perspectiva de retirar os jovens das ruas, de buscar protegê-los do contexto de vulnerabilidade e violência social, já que, infelizmente, essa é uma realidade que envolve parte significativa dos alunos não só da referida escola, mas também de um grande número de escolas da rede de ensino de Mesquita:

“Eu estou [no PME] porque a minha mãe trabalha também, eu não tenho ninguém pra ficar comigo em casa. Aí o Mais Educação já dá uma ajudinha [...] pra gente não ficar de bobeira na rua. A rua tem muita violência. Eu tenho medo. Eu já perdi um irmão. Ele foi assassinado porque andava nas coisas ruins.” (Aluno da EMRAS).

Embora os pais dos educandos da E. M. Santos Dumont tenham também evidenciado que um dos motivos para inscreverem seus filhos no PME devia-se ao fato de trabalharem (os pais), não abordaram a questão da violência na região. Em ambas as escolas também foram levantados outros motivos para a inserção dos alunos no Programa, a citar: (1) a oferta de atividades diversificadas as quais, fora do PME, os alunos não teriam oportunidade de realizar; (2) o comportamento indisciplinado dos jovens; (3) a busca pela melhoria na aprendizagem; (4) e a alimentação oferecida aos alunos do tempo integral.

⁷ As atividades do Programa Mais Educação foram organizadas em macrocampos, os quais, atualmente, estão divididos em: Acompanhamento Pedagógico; Comunicação e uso de Mídias; Cultura Digital e Tecnológica; Cultura, Arte e Educação Patrimonial; Educação Ambiental; Esporte e Lazer; Educação em Direitos Humanos; e Promoção da Saúde (BRASIL, 2014).

No que tange à escolha das oficinas/atividades do PME, a Tabela 4 evidencia aquelas desenvolvidas pelas escolas pesquisadas, durante o ano de 2014, além de informar o quantitativo de alunos inseridos no Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle (Simec) e no PME.

TABELA 4 – Quantitativo de alunos no Simec e no PME e oficinas/atividades do PME oferecidas pelas escolas pesquisadas no Município de Mesquita – 2014

Unidade Escolar	Total de alunos (N°)	Alunos da escola inseridos no Simec ⁽¹⁾		Alunos da escola que frequentam o PME		Oficinas/Atividades
		(N°)	(%)	(N°)	(%)	
E. M. Rotariano Arthur Silva	809	270	33,4	120	14,8	<ul style="list-style-type: none"> • Orientação de Estudos e Leitura • Esporte da Escola/Atletismo e Múltiplas Vivências Esportivas • Vídeo • Jornal Escolar • Sala Temática para o Estudo de Línguas Estrangeiras
E. M. Santos Dumont	282	150	53,2	110	39,0	<ul style="list-style-type: none"> • Orientação de Estudos e Leitura; • Esporte da Escola/Atletismo e Múltiplas Vivências Esportivas • Caratê • Iniciação Musical e Instrumentos de Corda • Educação e Direitos Humanos

Fonte: Elaborada pelas autoras a partir de dados fornecidos pela SEMED e também obtidos no site do Simec (BRASIL, 2014a).

⁽¹⁾ “O Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle do Ministério da Educação (Simec) é um portal operacional e de gestão do MEC, que trata do orçamento e monitoramento das propostas on-line do governo federal na área da educação.” Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=143:simec>. Acesso em: 24 dez. 2014.

Segundo a PCPEI e a diretora da EMRAS, a diferença entre o número de alunos inseridos no Simec e o número que frequenta o PME se deve, entre outros fatores, à vulnerabilidade social no entorno da escola e às responsabilidades/tarefas dos adolescentes, os quais, não raras vezes, precisam trabalhar para ajudar as famílias e/ou cuidar dos irmãos menores, conforme evidenciado em momento anterior.

Especificamente em relação à EMSD, embora a Tabela 4 também permita constatar diferença entre o número de alunos inscritos no Simec e aquele que frequenta o PME, a escola possui fila de espera para inscrição nas atividades do

Programa, na parte da tarde. A explicação dada pela PCPEI da escola, para essa diferença, é a de que os alunos que estudam à tarde apresentam dificuldades para acordar cedo e, assim, participar das atividades do PME pela manhã, sem contar que grande parte deles é muito jovem, e, por esse motivo, os pais que não trabalham preferem que seus filhos permaneçam em sua companhia.

Especificamente em relação à EMRAS, de acordo com o relato da sua PCPEI, ocorrem três atividades do PME por dia: duas com duração de uma hora e trinta minutos cada e uma com cerca de uma hora de duração, esta última corresponde à atividade de promoção e prevenção à saúde⁸. Vale ressaltar que a escola vem disponibilizando um conjunto maior de atividades além do quantitativo já oferecido pelo PME, estimulando a participação dos alunos no Programa. Assim, apesar de a Tabela 4 apresentar somente cinco atividades associadas ao PME inseridas no Simec, em 2014, a escola oferece aos alunos mais seis atividades, a saber: Horta Escolar, *Hip-hop*, Robótica, Capoeira, Iniciação Musical e Instrumentos de Cordas e Educação e Direitos Humanos. Para tal, são utilizados materiais adquiridos, em anos anteriores, com recursos do PME.

Outro aspecto importante a ser considerado diz respeito ao fato de os alunos que integraram o grupo focal terem manifestado grande interesse em participar das atividades do PME, o qual, em parte significativa das vezes, suplanta a motivação associada às atividades do turno regular. Quando perguntado sobre as atividades que mais gosta de participar no PME, um dos alunos da EMRAS respondeu:

“De inglês. Eu não entendo muito de inglês, aí é bem mais fácil aqui na escola. A minha professora de inglês da tarde [...] ela não consegue muito explicar, então eu não entendo muito, e no Mais Educação [a professora] já facilita mais.”

Em ambas as escolas pesquisadas, os alunos revelaram que se sentiam motivados para participar das atividades oferecidas pelo PME, inclusive daquelas associadas à Orientação de Estudos e Leitura. Nas entrevistas com os estudantes, foi revelado ainda que as razões de tal motivação se faziam associar, especialmente, ao uso de metodologias diferenciadas, à oferta de materiais

⁸ Essa atividade faz associar-se ao trabalho das mães educadoras, as quais, durante o horário intermediário na escola, desenvolvem atividades associadas à alimentação e higiene dos alunos, acompanhando, por exemplo, os momentos de banho e de refeição deles.

diversificados, à interação dos monitores com os alunos e à realização de aulas-passeio. Vale destacar que os relatos também evidenciaram melhorias no aspecto social dos alunos:

“Antigamente meu filho era muito privado. Aí, depois do Mais Educação, ele ri, brinca, fica de boa com as crianças.” (Mãe de aluno da EMSD);

“A minha filha é muito tímida e, no Mais Educação, ela vai se entendendo mais [com outras crianças], vai se abrindo mais, [...] o Programa está fazendo muito bem pra ela.” (Mãe de aluna da EMSD).

Segundo a PCPEI e a diretora da EMRAS, as atividades/oficinas do PME acontecem dentro da escola, em espaços que foram adequados com recursos do Programa, correspondendo a: um laboratório de Ciências, um laboratório de robótica, uma sala para *hip-hop* e capoeira e uma sala para iniciação musical e instrumentos de corda, todos esses espaços são equipados com materiais próprios para a realização de cada atividade. A coordenadora do PME na escola relatou ainda que as salas e os materiais associados ao Programa são também disponibilizados para todos os professores da EMRAS, o que faz com que essa escola vá ao encontro de uma das orientações do PME, que propõe que sejam estabelecidas “relações entre as atividades do Programa Mais Educação e as atividades curriculares” (BRASIL, 2014, p. 7).

Já na EMSD, as atividades/oficinas do Programa acontecem em espaços parceiros: uma academia de artes marciais e uma igreja evangélica. Segundo os relatos dos alunos, da coordenadora do PME na escola e dos monitores, esses locais são adequados ao desenvolvimento das atividades, sendo que, com a chegada do Programa, foram realizadas algumas adequações por parte dos próprios responsáveis pelos espaços, também chamados de parceiros, visando o bem-estar dos alunos.

Uma importante informação relatada pelos PCPEIs e diretores escolares participantes dos grupos focais, diz respeito à organização, por parte da SEMED, de seminários voltados para a discussão de temáticas associadas à educação integral. Assim, ainda em 2011, ocorreu o *I Seminário de Educação Integral da Rede Municipal de Ensino de Mesquita*. Por meio do *Projeto Básico...* (MESQUITA, 2011a), elaborado para a organização do referido seminário, foi possível observar que o evento foi voltado para a formação dos profissionais da educação e monitores

do PME, tendo como objetivo principal discutir a proposta da escola de tempo integral existente naquele momento, destacando os avanços e desafios do PME, para, a partir de então, pensar na proposta de Educação Integral que o Município almejava. Assim, vale reiterar que as discussões acerca da Educação Integral e do tempo integral em Mesquita só surgiram com a chegada do Programa Mais Educação ao Município.

Com base em relatos dos PCPEIs, verificamos que, no ano de 2012, ocorreu o *II Seminário de Educação Integral da Rede Municipal de Ensino de Mesquita*, que deu prosseguimento às discussões acerca da proposta de Educação Integral em tempo integral almejada pelo Município (MESQUITA, 2012). Vale ressaltar que, no documento *Esboço do Projeto de Lei de Educação Integral da Rede Municipal de Ensino de Mesquita*, o qual buscava instituir a Educação Integral no Município sob a perspectiva de um projeto próprio (MESQUITA, 2012a), encontramos algumas indicações de que, antes do segundo seminário, foram realizados fóruns de discussão com os profissionais da educação da rede sobre a temática Educação Integral em tempo integral.

Foi possível perceber, por meio da minuta do projeto de lei (PL) da Educação Integral⁹ (MESQUITA, 2012a), que as discussões realizadas nos seminários e fóruns organizados pelo Município, no início de 2014, deram origem à primeira escola de Educação Integral em tempo integral de Mesquita. A esse respeito, observamos que, no ano seguinte, como resultado de um processo participativo perseverante daqueles que defendem e lutam pela Educação Integral no Município, foi aprovada na Câmara Municipal a Lei nº 881 de 31 de março de 2015, que instituiu as “diretrizes para a educação integral em tempo integral dos alunos do ensino fundamental da rede municipal [de Mesquita] com o aumento progressivo da jornada escolar” (MESQUITA, 2015, Art. 1º). Assim, no decurso temporal de apenas sete anos, e tendo por referência a experiência construída com a implantação do PME, Mesquita aprovou uma Lei associada à Educação Integral em tempo integral e implantou uma Escola Piloto de Educação Integral em Tempo Integral.

⁹ Cabe ressaltar, que o Projeto de Lei começou a ser construído pelos profissionais da educação da rede municipal de ensino de Mesquita no ano de 2012, tendo sido concluído no ano de 2013.

2.2 A Escola Piloto de Educação Integral em Tempo Integral

A Escola Municipal Maria Isabel¹⁰ (EMMI) corresponde à primeira instituição de Educação Integral em tempo integral da rede municipal de ensino de Mesquita. Por isso, é conhecida como a Escola Piloto de Educação Integral em Tempo Integral. Suas aulas tiveram início no dia 06 de fevereiro de 2014, com onze turmas do primeiro ao sétimo ano do Ensino Fundamental.

A proposta pedagógica da EMMI, ainda em construção, visa oferecer a Educação Integral, a partir da ampliação do tempo de permanência do aluno na escola, por meio de um trabalho que contemple as diversas possibilidades de desenvolvimento do estudante, nos âmbitos cognitivo, afetivo, cultural, motor, entre outros (MESQUITA, 2014).

A EMMI, cujo funcionamento se dá sob o regime de tempo integral, opera em turno único, iniciando suas atividades escolares diárias às 7h e encerrando às 16h¹¹, de modo que todos os alunos matriculados nessa instituição escolar permaneçam nela durante esse período. Conforme afirmou a diretora geral da escola, essa é uma das características da instituição, não havendo possibilidade de escolha por parte dos alunos e de seus responsáveis. Os estudantes que não optaram por permanecer na escola, durante o turno integrado, foram transferidos para outra instituição, ressaltou a GEI na SEMED.

A EMMI, embora desenvolva uma proposta diferenciada do PME, conta com recursos do Programa, o qual busca constituir-se indutor da construção de políticas de Educação Integral nas instâncias federadas subnacionais.

Todos os professores que trabalham na EMMI são contratados por 40 horas semanais, em regime de dedicação exclusiva, os quais foram selecionados a partir de um processo seletivo interno¹², que ocorreu entre os docentes do quadro de pessoal da rede municipal de ensino de Mesquita que desejavam atuar na Escola Piloto.

¹⁰ Sua denominação nos documentos oficiais corresponde a: Escola Municipal Maria Isabel, sendo que, a partir de 2013, seu nome foi alterado para Escola Municipal Cruzeiro do Sul, não tendo sido modificada a denominação na sua documentação.

¹¹ Em 2015, o turno integral abarcará o horário de 8h às 16h.

¹² Esse processo contou com o apoio de professores da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), à qual está vinculado o Núcleo de Estudos, Tempos, Espaços e Educação Integral (NEEPHI), que, atualmente, está oferecendo um curso de extensão aos professores da EMMI voltado para a construção de reflexões teóricas e práticas sobre a Educação Integral em tempo integral.

A Escola Piloto conta também com o trabalho desenvolvido por cinco monitores do PME¹³, os quais ministram oficinas associadas às atividades do currículo escolar. Ao propor o turno único, a EMMI busca romper com a fragmentação das atividades escolares com base na divisão do tempo em turno e contraturno e propõe superar a separação de conteúdos em disciplinas, buscando, assim, combater a separação entre as atividades consideradas do currículo regular e as consideradas do tempo integral, de modo que os professores regentes busquem associar os conteúdos do currículo básico com as oficinas realizadas. Segundo a diretora geral da EMMI, isso só é possível devido ao fato de os professores permanecerem em tempo integral na escola e realizarem o planejamento das atividades em conjunto com os monitores do PME.

Esse fato foi abordado no grupo focal realizado com os monitores do PME da EMRAS, ocasião em que um deles afirmou que a relação entre os professores e os monitores na EMMI é diferenciada, no sentido de ocorrer, de fato, um diálogo e respeito entre os sujeitos. Além disso, ressaltou que, na Escola Piloto, os monitores possuem reconhecimento do trabalho desenvolvido e são considerados professores:

“Na EMMI os professores tratam os monitores com respeito. Quando eu chego lá, todo mundo se cumprimenta, um abraça o outro [...] Lá eles gostam de chamar o monitor de professor substituto ou chamar pelo nome. É só professor, entendeu?!” (Monitor de capoeira do PME).

No que tange aos espaços, a Escola Piloto possui dez salas, as quais são denominadas salas-ambiente, além de um auditório, uma sala de informática, uma sala de leitura e um pátio coberto. Segundo a diretora geral da instituição, as atividades da escola são realizadas dentro das suas dependências físicas, de modo que somente os passeios e as visitas orientadas, entre outras atividades, ocorrem em espaços extraescolar.

¹³ Na época da pesquisa, a EMMI contava com cinco monitores do PME, os quais eram responsáveis pelas oficinas de Artes, Música, Capoeira, Educação Física e Dança, Orientação de Estudos e Leituras.

3 O PME E A CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL EM MESQUITA

Após termos apresentado as experiências de educação em tempo integral implementadas pela rede municipal de ensino de Mesquita – o Programa Mais Educação e a Escola Piloto –, passamos agora à análise das categorias: sujeitos, tempos, espaços, currículo e prática pedagógica e gestão e relação com a comunidade, todas vinculadas ao PME, objeto de estudo da presente pesquisa.

3.1 Sujeitos

Especificamente em relação aos sujeitos, cabe destacar que a análise aqui apresentada está voltada para duas subcategorias, quais sejam, os educadores que atuam no PME e os alunos inscritos no Programa.

3.1.1 Os educadores do PME em Mesquita

Com a chegada do Programa Mais Educação ao Município de Mesquita, outros atores passaram a compor o quadro da escola: o professor coordenador pedagógico de educação integral, os monitores e as mães educadoras. Além disso, a SEMED passou a contar com um profissional no cargo de coordenador geral do Programa no Município, o qual, no ano de 2011, teve sua denominação alterada para “gerente de educação integral”¹⁴. De acordo com o relato da GEI¹⁵, sua atribuição é coordenar, organizar e monitorar o PME, bem como dar consecução à

¹⁴ Nomeado pela Portaria nº 209/2011 (MESQUITA, 2011b).

¹⁵ A GEI, desde o ano de 2006, é professora concursada da rede municipal de ensino e, no período de 2010 a 2012, atuou como PCPEI em uma das escolas de Mesquita. Além da formação em nível de graduação em Letras – Português/Literatura, possui especialização em Políticas Públicas e Educação Integral pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

proposta própria de Educação Integral em tempo integral da rede municipal de ensino do Município.

Constatamos, no grupo focal realizado com os diretores de escola de Mesquita, que esses passaram a apresentar grande envolvimento com a Educação Integral, a partir da implantação do PME em suas escolas: “Eu me contaminei com o ‘vírus’ da Educação Integral [...] Eu me apropriei desse ambiente, desse movimento da Educação Integral e me apaixonei” (Diretora da EMRAS). Tomando por referência os relatos desses diretores, foi possível apreender que as atribuições deles associadas ao Mais Educação estão voltadas especialmente para a gestão dos recursos do Programa, bem como para possibilitar condições para a realização das discussões sobre o PME relacionadas à temática da Educação Integral. Além disso, o trabalho deles dá-se em parceria com os PCPEIs, tanto nos centros de estudo quanto nas reuniões pedagógicas e nos conselhos de classe.

Com relação ao nível de formação, verificamos que todos os diretores entrevistados, em número de cinco, são professores concursados da rede municipal de ensino de Mesquita, com vasta experiência na área educacional. A maioria deles (3) concluiu ou está cursando pós-graduação *lato sensu* na área de Gestão Escolar/Administração Escolar. E uma das diretoras, que já foi coordenadora do PME em uma das escolas do Município, informou ter finalizado o curso de especialização em Políticas Públicas e Educação Integral. Todos os diretores foram convidados a assumir a função no início de 2013, quando a nova gestão municipal tomou posse.

Em relação ao professor comunitário, o qual é responsável pela coordenação do PME junto à escola, conforme evidenciado anteriormente, em Mesquita, esse profissional foi denominado professor coordenador pedagógico da Educação Integral, correspondendo a um professor concursado, com formação em nível superior na área educacional, devendo cumprir a carga horária de 40 horas semanais a fim de desenvolver as atribuições determinadas no documento *Regimento Escolar comum das escolas que compõem a Rede Municipal de Ensino de Mesquita*.

O professor coordenador pedagógico de educação integral é responsável pelo planejamento, implementação, coordenação e execução das atividades complementares do ensino fundamental e corresponsável pela articulação entre as atividades do horário regular

e as do horário complementar, na perspectiva de construir uma educação integral, integrada e em tempo integral, coerentes e capazes de materializar de forma plena o projeto político-pedagógico da unidade escolar. (MESQUITA, 2011, Art. 28).

A PCPEI da Escola Municipal Governador Roberto Silveira (EMGRS) evidenciou que o ingresso desse profissional na escola fez associar-se a uma seleção, a qual envolveu, além do seu próprio interesse e/ou de uma possível indicação por parte da direção da escola, uma avaliação por parte da SEMED. Mais especificamente, os docentes interessados em assumir a coordenação do PME no âmbito escolar foram submetidos a uma entrevista e a outros critérios de seleção, tendo sido exigida deles, conforme já evidenciado, a formação em nível superior, como perfil mínimo para atuar no Programa:

“Para coordenar o Programa nos foi cobrada a formação acadêmica, que eu não tinha na época. Nós íamos lidar com monitores que eram acadêmicos, e aí eu aceitei o desafio [de cursar a graduação em Pedagogia] que estou terminando esse ano.” (PCPEI da EMGRS).

Ou seja, a exigência de uma formação mínima para atuar como PCPEI do Mais Educação estimulou alguns desses docentes a darem continuidade aos seus estudos. Nesse sentido, a exemplo dos diretores, das seis PCPEIs entrevistadas, quatro concluíram ou estão cursando pós-graduação *lato sensu*¹⁶.

Vale ressaltar aqui que os PCPEIs que participaram do grupo focal evidenciaram grande entusiasmo ao relatar as questões referentes ao PME e demonstraram que a importância das suas ações, vinculadas ao pleno funcionamento do Programa no âmbito escolar, para além das questões operacionais, abarca a conquista dos sujeitos para com a causa da Educação Integral:

“Entendemos que o PME é uma sedução [voltada para a educação em tempo integral] que envolve não apenas o aluno mas também a escola, os monitores... E, se nós, na condição de coordenadores, não dermos o pontapé inicial, as coisas não funcionam.” (PCPEI da EMMG).

¹⁶ Das seis PCPEIs entrevistadas uma está realizando curso de especialização em Gestão Escolar, e uma já o concluiu. Além disso, uma concluiu o curso de especialização em Políticas Públicas, e outra, em Educação Especial/Deficiência visual.

É importante apontar que o Programa Mais Educação tem como uma de suas propostas a ação conjunta de diversos educadores, além dos professores, buscando, a partir da oferta de atividades diversificadas, contribuir para com a efetiva aprendizagem de crianças, adolescentes e jovens. Assim, sob essa perspectiva, apresentamos os monitores, responsáveis pela oferta das oficinas associadas ao PME.

De início, é importante observar que o PME propõe, como orientação, que os monitores devem ser preferencialmente estudantes universitários com formação voltada para a área que pretendem atuar, principalmente na atividade de Orientação de Estudos e Leitura, inserida no macrocampo Acompanhamento Pedagógico, ou, ainda, pessoas da comunidade com habilidades específicas associadas às atividades que pretendem desenvolver junto às escolas (BRASIL, 2014). Assim, no que tange ao nível de formação desses educadores, dos onze entrevistados nas duas escolas pesquisadas, três são licenciados¹⁷ e cinco estão matriculados em cursos de licenciatura¹⁸. Convém observar ainda que os dois monitores que atuam com atividades do macrocampo Cultura, Artes e Educação Patrimonial bem como o monitor de Artes Marciais possuem ensino médio completo e experiência em suas áreas de atuação, além de formação específica.

Por meio desta pesquisa, foi possível verificar uma preocupação com o perfil e a formação dos monitores, e esse perfil foi sendo aperfeiçoado no decorrer dos anos, conforme é possível apreender por meio das entrevistas realizadas com a GEI na SEMED e com a monitora de Orientação de Estudos e Leitura da EMRAS e das informações extraídas do *site* da Prefeitura de Mesquita, referentes ao ano de 2010 (MESQUITA, 2014c). Além da exigência de formação mínima¹⁹ para o cargo de monitor do PME, os candidatos às vagas deveriam preencher uma ficha cadastral e, posteriormente, ser submetidos a uma entrevista com os coordenadores do PME

¹⁷ Em Pedagogia, Biologia e Letras.

¹⁸ Em Letras, Pedagogia, Matemática e Educação Física.

¹⁹ De acordo com as informações disponibilizadas no *site* da Prefeitura de Mesquita, durante o ano de 2010, os candidatos à monitoria de Acompanhamento Pedagógico deveriam estar cursando, no mínimo, o 2º período de Pedagogia, Letras, Ciências ou Matemática. Já os candidatos à monitoria de Esporte (Recreação, Futsal, Futebol, Basquete, e Ginástica Rítmica) deveriam estar cursando, pelo menos, o 3º período de Educação Física, e os candidatos para atuarem nas Artes Marciais (Judô e Caratê) deveriam apresentar o Ensino Médio completo e experiência comprovada na área. Por fim, os candidatos a monitores na área de Cultura (Dança, *Hip-hop* e Teatro) deveriam ter concluído ou estar cursando o último ano do Ensino Médio, com experiência na área (MESQUITA, 2014c).

nas escolas. Além disso, a GEI evidenciou que, no ano de 2014, o processo seletivo dos monitores do PME passou também a avaliar a escrita dos candidatos, pois

“[...] muitos que eram colocados nas escolas, por exemplo, com Orientação de Estudos e Leitura, não tinham domínio da escrita... Então, era algo meio complicado, como você vai ensinar algo que ainda não domina?” (GEI na SEMED).

Em meio a esse contexto, cabe destacar que os monitores do Programa Mais Educação atuam sob a égide da Lei nº 9.608/1998, que dispõe sobre o serviço voluntário:

Art. 1º. Considera-se serviço voluntário, para fins desta Lei, a atividade não remunerada, prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza, ou a instituição privada de fins não lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive mutualidade. (BRASIL, 1998).

Ainda no artigo 1º dessa Lei, em seu parágrafo único, o documento aborda que a natureza desse serviço não gera vínculo empregatício, nem obrigação previdenciária, de forma que o monitor não recebe salário, mas uma ajuda de custo para transporte e alimentação no valor de R\$ 80,00 por turma/mês, no caso de atuar em escolas urbanas, e R\$ 120,00 por turma/mês, no caso de escolas do campo (BRASIL, 2013b). A diferença entre esses valores deve-se ao fato de o MEC ter constatado que a maioria das escolas do campo está localizada em áreas de difícil acesso, exigindo, assim, um auxílio maior para aqueles que nelas atuam.

Vale observar que alguns dos diretores e PCPEIs apontaram para a necessidade de uma maior valorização dos monitores, cuja rotatividade – decorrente especialmente dos baixos valores associados ao ressarcimento das despesas relativas às suas atividades – vem prejudicando o cotidiano das escolas de tempo integral. De acordo com a GEI, esse problema assume maiores proporções pelo fato de um município próximo a Mesquita complementar o auxílio financeiro dos monitores com recursos próprios, o que faz com que alguns optem, quando possível, por atuar no referido município. Os entrevistados, buscando ir de encontro a esse problema, sugeriram algumas alternativas: (1) contratação dos monitores como funcionários do Município, recebendo todos os direitos trabalhistas por meio de

carteira assinada ou cooperativa; (2) ou destinação de uma bolsa pelo Município, além do ressarcimento ofertado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE); (3) ou disponibilização de cartão alimentação e transporte pelo Município, também, é claro, afora o ressarcimento com origem no FNDE.

No que se refere às “mães educadoras”, segundo a GEI, elas são mães de alunos das escolas e trabalham em regime de voluntariado, possuindo a atribuição de auxiliar do PCPEI, durante o banho e a alimentação das crianças. Além disso, buscam promover o desenvolvimento de um ambiente mais tranquilo no horário intermediário, compreendido entre o fim das atividades do primeiro turno e início do segundo. O objetivo principal da criação dessa função para as mães dos educandos foi o de aproximar os alunos do ambiente de suas residências e, a partir daí, mantê-los na escola:

“Colocamos a mãe educadora para mostrar que a escola é uma extensão da casa, para desenvolver a questão do carinho, do vínculo, pois essa relação faz com que o aluno também permaneça na escola.” (GEI na SEMED).

A GEI evidenciou ainda que para exercer essa função é necessário que as candidatas tenham concluído ou estejam cursando o Ensino Fundamental, sendo que a seleção delas é de responsabilidade conjunta da direção da escola e de seu PCPEI. As mães educadoras atuam por cerca de quatro horas diárias, perfazendo um total de 20 horas semanais. Para tal, elas recebem uma ajuda de custo no valor de R\$ 320,00, equivalente ao pagamento de um monitor que se responsabiliza por quatro turmas do PME. O recurso utilizado pelo Município para o ressarcimento das mães educadoras advém do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) da Educação Integral.

Por meio dos grupos focais realizados com os pais dos alunos em cada uma das duas escolas pesquisadas, verificamos que as mães que aceitam atuar como mães educadoras geralmente não contam com outra remuneração e têm também, como objetivo, ficarem mais próximas de seus filhos:

“Aceitei ser mãe educadora pela questão financeira, porque o pai dele é falecido, minha mãe é a única que me ajuda, eu moro com ela e não recebo Bolsa Família. Eu também aceitei para ficar próxima dele e estou

vendo atitudes que ele tem aqui e não tem em casa.” (Mãe Educadora da EMRAS).

Ressaltamos que a presença dessas educadoras nas escolas tem sido um diferencial na vida de seus próprios filhos e na dos outros alunos, já que alguns deles relataram ter mudado de comportamento não só na escola mas também em casa, devido aos ensinamentos das mães educadoras: “Vendo a minha mãe trabalhando aqui, eu aprendi a ver como ela é... Aí dá pra ajudar mais ela em casa, dá pra respeitar mais, porque antes não respeitávamos” (Aluno da EMRAS).

Ainda no que tange às mães educadoras, convém observar, tendo por referência os relatos das PCPEIs, que, algumas vezes, elas acabam exercendo funções que ultrapassam suas responsabilidades dentro da escola: “Na verdade, as mães educadoras atuam também como inspetoras de alunos... [em situações que] o inspetor da escola, muitas vezes, não quer resolver...” (PCPEI na EMGRS).

Outro importante aspecto a destacar dentro da categoria sujeitos, diz respeito ao processo de formação continuada que deve perpassar a atuação dos profissionais da educação e dos demais educadores, como os monitores. No caso específico do Município de Mesquita, embora o *Regimento Escolar Comum...* determine que “o tempo de planejamento e aperfeiçoamento é direito garantido e será oferecido através de capacitação dos profissionais em locais previamente divulgados dentro ou fora do horário de trabalho, garantindo-se o atendimento alternativo ao estudante” (MESQUITA, 2011, Art. 94, II), segundo os entrevistados, a oferta dessa formação, especificamente em relação ao PME, ocorreu dentro do horário de trabalho dos educadores. Além disso, é assegurado aos profissionais da educação e aos trabalhadores da escola o direito a “receber suporte técnico da unidade escolar e da SEMED, a fim de melhor garantir as condições para seu aperfeiçoamento profissional” (MESQUITA, 2011, Art. 111, III).

O Município também apresenta preocupação em oferecer formações específicas para os monitores e as mães educadoras que atuam no PME:

“Em cada formação, trabalhamos uma temática e fazemos as avaliações, chamamos também as mães educadoras. [...] Antes de iniciar o programa, fazemos uma [formação] geral e depois por grupos, e organizamos uma aula temática que seja comum a eles.” (GEI na SEMED).

Ainda de acordo com esse relato, foi possível constatar que as formações dos monitores das diferentes áreas acontecem uma vez por mês, sendo que, no dia do curso de formação, o PME não funciona na rede municipal de ensino de Mesquita. Os cursos de formação são organizados pela GEI em parceria com os PCPEIs, levando-se em consideração as temáticas sugeridas pelos monitores.

A GEI destacou que, além dessas formações oferecidas e organizadas pela SEMED, ocorrem também, mensalmente, processos de formação sob a responsabilidade das escolas, bem como um acompanhamento efetivo por parte dos PCPEIs, os quais norteiam o planejamento dos monitores do PME. Nesse sentido, a GEI também relatou que os PCPEIs participam de reuniões mensais, com duração de um dia inteiro, de caráter formativo e informativo, as quais abarcam desde a discussão sobre as questões operacionais do PME, a organização do Programa na escola, a troca de experiências até o debate de textos que abordam a temática da Educação Integral e do tempo integral. São nessas reuniões que os PCPEIs, juntamente com a GEI, planejam as formações dos monitores.

Verificamos, por meio dos relatos dos monitores, que o processo de formação continuada oferecido pelo Município de Mesquita tem se constituído em um atrativo para mantê-los atuando no PME, apesar de apresentarem críticas acerca do valor do ressarcimento de seus gastos.

3.1.2 Os alunos no PME em Mesquita

No que tange aos alunos no PME nas escolas municipais de Mesquita, constatamos, por meio dos relatos dos entrevistados, que, no início da implantação do Programa, especificamente em relação ao processo seletivo dos estudantes para participarem do Mais Educação, o Município considerou as orientações do Manual de Educação Integral do PME²⁰ acrescidas da questão da vulnerabilidade social dos estudantes – questão que já foi citada, em momento anterior, como sendo uma

²⁰ O *Manual de Educação Integral para obtenção de apoio financeiro através do Programa Dinheiro Direto na Escola: PDDE/Integral*, no exercício de 2009, elenca como principais critérios para a seleção dos estudantes para participarem do PME: (1) defasagem idade-ano, (2) estudantes dos anos finais da 1ª fase do Ensino Fundamental, (3) estudantes dos anos finais da 2ª fase do Ensino Fundamental e (4) alunos dos anos em que são detectados índices de evasão e repetência (BRASIL, 2009).

realidade do Município –, a qual, nos anos subsequentes a 2009, foi inserida como critério de seleção dos alunos do PME no referido Manual, o qual, entre outros, passou também a priorizar os alunos beneficiários do Programa Bolsa Família.

Foi possível deduzir, pela análise do grupo focal realizado com os PCPEIs, que, devido à possibilidade de a comunidade escolar associar o PME a alunos com problemas de disciplina e/ou com dificuldades de aprendizagem, a SEMED passou a considerar a adesão voluntária – independente dos critérios já elencados –, por meio da qual os alunos passaram a decidir se queriam ou não participar do Programa. Convém evidenciar ainda que a inserção do aluno no PME está condicionada à permissão de seus pais, os quais, segundo informações obtidas junto à coordenação do Programa na SEMED, assinam um Termo de Adesão na escola – documento elaborado pela própria Secretaria, por meio do qual os pais autorizam a permanência dos filhos em período integral na escola. Além disso, antes de iniciar a fase de inscrição dos estudantes no Programa, os coordenadores buscam divulgá-lo entre os alunos, bem como apresentá-lo aos seus pais/responsáveis.

O relato da PCPEI da EMGRS evidencia a dificuldade em conseguir que os alunos do segundo segmento do Ensino Fundamental se inscrevam e/ou apresentem uma frequência regular no Programa, já que, especialmente devido à idade, acabam tendo outras responsabilidades, a citar: trabalhar para contribuir com a renda da família, bem como a necessidade de cuidar de irmãos mais novos, a fim de que seus pais/responsáveis possam trabalhar. Nesse sentido, convém observar o que a referida coordenadora destacou: “[...] às vezes, eles têm vontade de vir, têm vontade de ficar, mas a questão social, a vida deles fora da escola ainda é uma grande barreira. É muito difícil!” (PCPEI na EMGRS).

3.2 Tempos

O modelo de ampliação do tempo escolar pelo PME realiza-se mediante a oferta de atividades no contraturno das escolas, ou seja, no turno inverso ao das aulas do ensino regular. De acordo com o documento da SEMED, intitulado *Sistema*

de Funcionamento do PME (MESQUITA, 2014a, p. 1), o Programa, em Mesquita, também está organizado nesse mesmo modelo (Quadro 3).

QUADRO 3 – Sistema de funcionamento do Programa Mais Educação, no Município de Mesquita – 2014

PME – Manhã		Regular-Manhã ⁽²⁾	
8:00-8:20	Desjejum (primeiro lanche)	7:15-11:30	Ensino regular – 1º segmento do EF
8:20-10:00	Primeira oficina do PME	7:00-11:45	Ensino regular – 2º segmento do EF
10:00-10:20	Colação (lanche intermediário)		
10:20-11:30	Segunda oficina do PME		
11:30-13:00	Horário intermediário (almoço e banho)		
Regular – Tarde ⁽¹⁾		PME – Tarde	
13:00-17:15	Ensino regular – 1º Segmento do EF	11:30-12:30	Horário intermediário (almoço e banho)
13:00-17:45	Ensino regular – 2º Segmento do EF	12:30-14:00	Primeira oficina do PME
		14:00-14:20	Colação (lanche intermediário)
		14:20-15:40	Segunda oficina do PME
		15:40-16:00	Lanche

Fonte: Adaptado pelas autoras a partir dos dados fornecidos pela SEMED.

⁽¹⁾ No horário regular da tarde, são ofertados uma colação (lanche intermediário) e um lanche no final do dia letivo.

⁽²⁾ No horário regular da manhã, são ofertados um lanche, por ocasião da chegada dos alunos à escola, e uma colação (lanche intermediário).

Assim, é com base nas informações apresentadas no Quadro 3 que as escolas municipais com PME se organizam em relação ao tempo, exceto a Escola Municipal Maria Isabel (a Escola Piloto), que não possui divisão de turno (turno e contraturno), ou seja, não há contraposição temporal entre as atividades do currículo básico do ensino regular e aquelas ofertadas no âmbito do PME.

Segundo o DDE na SEMED, alguns dos desafios atuais em relação ao desenvolvimento do PME nas escolas do Município têm como origem a dinâmica de organização do tempo escolar em turno e contraturno. Segundo o entrevistado, isso

ocorre, principalmente, devido ao fato de que não são todos os alunos das escolas que participam das atividades do PME, o que dificulta o controle dos estudantes, por parte dos profissionais das escolas, no momento de separar aqueles que, no intervalo entre os turnos, podem ou não ir embora.

Uma das alternativas utilizadas pelas escolas para solucionar essa problemática consistiu em confeccionar uma camisa de uniforme diferenciada para os alunos que participavam do PME, mas isso não deu certo, pois, nas palavras do DDE: “[...] o aluno que não queria ficar no PME [...] tirava a camiseta, não falava que era do Mais Educação, guardava na mochila e falava para o porteiro: ‘Não sou do Mais Educação, não!’”. Dessa forma, o entrevistado alegou que os educadores têm buscado superar esse desafio promovendo, no contraturno, atividades diversificadas e atrativas que demandam o protagonismo juvenil, tais como: rádio escolar, jornal e TV, e apoiando o grêmio estudantil dos alunos do PME. A outra dificuldade elencada pelo DDE refere-se à não obrigatoriedade da presença dos estudantes nas oficinas do Programa, o que proporciona a evasão de muitos deles devido a motivos variados, entre eles, as responsabilidades familiares, conforme já evidenciado.

Diante desses desafios elencados pelo DDE, é possível observar que a principal causa dessa problemática não se refere, diretamente, à manutenção das atividades do currículo regular em um turno e das atividades do PME em turno inverso. O problema ocorre devido à ampliação do tempo escolar não se efetivar sob uma real dinâmica de turno integral e não ser direcionada para todos os estudantes da escola.

Ainda em relação à organização curricular, ela apresenta-se também como um dos desafios das diversas experiências de ampliação do tempo escolar. Isso acontece porque a não destinação da jornada escolar ampliada a todos os estudantes da escola dificulta a elaboração de um currículo único que possibilite mesclar as atividades culturais, cognitivas, esportivas, artísticas, dentre outras, dos dois turnos para que elas, além de serem somente complementares, se complementem (PAIVA, 2013).

No entanto, a análise das informações obtidas mediante a realização das entrevistas revela diferentes posicionamentos dos estudantes e de seus pais/responsáveis em relação à organização do tempo ampliado em turno e contraturno.

No grupo focal realizado com as PCPEIs, no âmbito das escolas, a categoria tempo foi mencionada no sentido de comparar a adesão dos alunos ao PME nos turnos matutino e vespertino. Segundo a PCPEI do CIEP Municipalizado Padre Nino Miraldi, conforme evidenciado anteriormente, a matrícula dos alunos no Programa Mais Educação no turno da manhã é menor, pois muitos pais: “[...] não podem ou não querem acordar cedo, ou o aluno não gosta de acordar cedo”, diferentemente do que ocorre no turno da tarde, em que a demanda é maior. De acordo com a entrevistada, isso ocorre porque, no turno da tarde, os alunos do PME, por frequentarem o ensino regular pela manhã, já estão na escola “por obrigação... [e] permanecem à tarde” para as atividades do Programa.

Na perspectiva dos monitores do PME, é possível inferir que o tempo ampliado nas escolas municipais de Mesquita é justificado, principalmente, enquanto um fator de promoção da proteção social ao impedir que crianças e adolescentes fiquem na rua ou em situação de ociosidade em casa:

“Eu considero muito importante o tempo integral, porque a área em que vivemos, e que a escola está situada, é perigosa, e nós podemos acabar perdendo... Eu moro no morro e vejo que nós podemos acabar perdendo essas crianças e adolescentes para o tráfico. Então, acredito que deixá-los na escola é melhor, eles estão agregando valores... E haverá um momento em que eles não vão querer se envolver com essas coisas. Assim, além do tempo ampliado possibilitar que, ao estarem na escola, agreguem valores, afasta-os um pouquinho desse ambiente, dessa triste realidade que temos hoje por aqui e no Brasil todo.” (Monitor do PME na EMSD).

“O tempo integral é muito importante, porque, ao invés de [os alunos] ficarem na rua sem fazer nada, ou em casa à toa, eles estão [na escola] agregando um pouco mais de conhecimento, um pouco mais de educação. Aprendendo sobre regras, limites, pois, muitas vezes, na família, eles não têm essas referências, e nós tentamos trabalhar isso com eles.” (Monitora do PME na EMSD).

Nos grupos focais realizados, em separado, com os alunos participantes do PME e com seus pais/responsáveis, as discussões relacionadas à organização do tempo integral na escola também foram abordadas sob a dinâmica do turno e contraturno, apresentando posicionamentos divergentes. Os estudantes afirmaram preferir a organização do tempo do modo como está, ou seja, separando as atividades do currículo regular em um turno e as oficinas do PME no turno inverso:

“Eu prefiro do jeito que está. No turno da manhã, a gente estuda, aí, no turno da tarde, a gente participa do Mais Educação” (Aluno do PME na EMRAS). A esse respeito, outro estudante da mesma escola afirmou: “A gente ia ficar muito cansado se não fosse assim. Depois íamos ter que fazer dever e nós estaríamos muito agitados”. E, justificando esse posicionamento, outro educando da EMRAS complementou: “Porque, por exemplo, se fosse primeiro capoeira e depois português a gente ia primeiro ficar na diversão, depois no dever, ou seja, a gente ia ficar com muita preguiça, aí ia acabar sem fazer o dever”.

Porém, na perspectiva dos pais dos alunos do PME na EMRAS, caso não houvesse a divisão temporal entre as atividades do currículo regular em um período e as atividades do Programa em período inverso, o tempo ampliado ficaria “mais interativo, porque as crianças iam se relacionar tanto com a matéria quanto com a arte” (Mãe de aluno do PME na EMRAS), possibilitando, inclusive, romper com a representação existente acerca da divisão entre o PME e a escola, como afirmou outra mãe de um educando dessa escola:

“Eu acho que, se fosse mesclado, ia acabar com esse negócio de: ‘Ah, o Mais Educação é um e o horário da escola é outro’. Ia acabar com isso. Eu acho que as crianças iriam se inteirar mais. Por exemplo: ‘Ah, eu estou tendo aula de educação física, mas daqui a pouco eu vou ter violão’, ou ‘Eu vou ter o português e daqui a pouco vou ter aulas de reforço escolar’. Eu acho que dessa forma ajudaria mais. Porque existe uma divisão: Mais Educação e escola. Eu acho que se mesclassem as atividades seria mais interessante.”.

Desse modo, tendo como referência os depoimentos dos pais dos educandos participantes do grupo focal, é possível verificar a preferência deles pela organização de um currículo que não separasse as atividades cognitivas das esportivas, culturais, artísticas, dentre outras, mas esses sujeitos não justificam tal posicionamento, fundamentando-se na proposta da Educação Integral no sentido multidimensional²¹ e levando em consideração todas as suas possibilidades de desenvolvimento.

Em relação à discussão sobre o tempo escolar, vale destacar que a Lei nº 881/2015, que instituiu as diretrizes da Educação Integral em tempo integral em

²¹ Educação multidimensional refere-se àquela que leva em conta todas as possibilidades de desenvolvimento do ser humano, numa perspectiva cognitiva, cultural, estética, física, artística, dentre outras (COELHO, 2009).

Mesquita determina que: a jornada escolar das escolas de tempo integral da rede municipal de ensino do Município contemplará, no mínimo, sete horas; a adesão ao tempo integral é facultativa por parte das escolas e obrigatória por parte dos alunos que participarem do regime das instituições de ensino que se propuserem a ser de educação em tempo integral (MESQUITA, 2015, Arts. 1º e 2º). Desse modo, todos os alunos permanecerão na escola, em tempo integral, possibilitando, entre outras ações, que as escolas elaborem uma organização curricular voltada, inclusive, para o rompimento da dicotomia turno e contraturno, sendo esse um dos desafios da proposta de ampliação da jornada escolar por meio do PME e que vem sendo superado no âmbito da Escola Piloto.

Além disso, destaca-se a importância de o Programa Mais Educação ter possibilitado a identificação desses desafios a serem superados e as possibilidades/ações a serem mantidas, no que se refere à proposta de educação em tempo integral.

3.3 Espaços

No que tange aos espaços utilizados para o desenvolvimento das atividades do tempo integral, o Programa Mais Educação propõe também a ampliação dos espaços educativos para além dos muros da escola (BRASIL, 2009a), baseando-se na perspectiva do movimento das Cidades Educadoras²².

Assim, fundamentando-se nas orientações do movimento das Cidades Educadoras, o PME defende que as atividades escolares não necessitam ser realizadas exclusivamente dentro das dependências físicas da unidade escolar, sendo possível a utilização dos “espaços públicos localizados em seu entorno, como clubes, igrejas, associações de moradores, entre outros” (OLIVEIRA, 2014, p. 74).

Neste sentido, o Secretário Municipal de Educação de Mesquita, sujeito desta pesquisa, reforçou que “um dos grandes problemas apresentados pelas escolas públicas do país consiste na carência de infraestrutura” e que “o Programa

²² Esse movimento teve origem na década de 1990, em Barcelona, na Espanha, e considera a cidade como um rico espaço educativo. Nesse sentido, o PME recomenda a realização de atividades escolares para além do ambiente físico da escola, por meio do estabelecimento de parcerias com entidades não governamentais e com a sociedade civil (BRASIL, 2011a).

Mais Educação colocou isso na vitrine”. O entrevistado enfatizou também que, em Mesquita, as escolas municipais apresentam problemas relacionados à infraestrutura física, o que, a princípio, dificultaria a ampliação da jornada escolar mediante o PME. Além disso, ele complementou dizendo que há escolas municipais que possuem espaços disponíveis em suas dependências físicas, permitindo a realização das atividades do tempo integral, ao mesmo tempo em que outras não desfrutam dessa possibilidade.

Desse modo, diante dessa realidade, algumas unidades escolares que atualmente desenvolvem o PME em Mesquita contam com espaços parceiros para a realização das atividades do contraturno, sendo esses, de acordo com a GEI, em sua maioria: igrejas, academias, clubes e até mesmo espaços das casas de moradores da região do entorno das escolas.

A parceria entre a escola pública e os espaços privados ou da cidade enquadra-se como uma ação voluntária, visto que não é disponibilizada nenhuma contrapartida financeira aos parceiros das escolas. Em Mesquita, de acordo o DDE, o que ocorre, comumente, é a escola responsabilizar-se pela limpeza dos espaços parceiros ou, até mesmo, enviar para eles materiais de limpeza e de higiene pessoal. Nesses casos, a SEMED disponibiliza um auxiliar de serviços gerais adicional para a instituição escolar, a fim de que ele possa realizar a limpeza desses espaços.

Conforme mencionado, não são todas as escolas com o PME em Mesquita que usufruem de parcerias para a utilização de espaços, pois, segundo o DDE na SEMED, algumas instituições escolares encontram-se localizadas em comunidades vulneráveis, marcadas pela violência, o que impossibilita o deslocamento dos alunos da escola para outros locais. Nesse caso, são realizadas adequações nos espaços escolares, como, por exemplo, colocação de algumas divisórias, além de outras estratégias. Além disso, existem escolas situadas em locais que não possuem espaços que possam ser parceiros.

Vale mencionar que, além da dificuldade de deslocamento dos alunos devido à violência de alguns bairros onde as escolas se situam, há também o desafio, enfrentado por algumas delas, de possuírem parcerias em lugares distantes, sendo que, por vezes, o percurso entre a instituição de ensino e o espaço parceiro, realizado pelos estudantes, dá-se em condições desagradáveis, em

virtude, por exemplo, do calor excessivo. Em dias de chuva, segundo o DDE, algumas escolas necessitam cancelar as atividades do PME nesses espaços.

O desconforto proporcionado por esses problemas de espaço nas escolas de Mesquita contribui para que os alunos evadam das atividades do PME, conforme evidenciou o DDE.

Como mencionado, a responsabilidade de estabelecer parcerias para a utilização de espaços públicos ou privados é da escola. Nesse sentido, segundo o DDE, houve um período em que os profissionais da SEMED pensaram em assumir a gerência das parcerias, de modo a, inclusive, oferecer aos parceiros, como contrapartida, a isenção de impostos. Porém, sendo as igrejas as principais parceiras das escolas, no que se refere à oferta de espaços para o desenvolvimento das atividades do PME, tal contrapartida não seria viável, pois essas instituições já são isentas de pagar impostos ao Poder Público, uma vez que o Código Tributário Nacional, Lei nº 5.172/1966, estabelece que “é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios cobrar imposto sobre templos religiosos de qualquer culto” (BRASIL, 1966a, Art. 9º, IV, alínea b).

A análise das informações concedidas pelos diretores das escolas, mediante a realização do grupo focal, permitiu a constatação da dificuldade deles em estabelecerem parcerias para a utilização de espaços. Mais especificamente, apenas três (33,3%) dos nove diretores entrevistados estabeleceram parcerias nas escolas em que atuavam, sendo que uma delas se associou a dois locais. Em detalhe: a Escola Municipal Santos Dumont firmou parceria com um templo presbiteriano e com uma academia de artes marciais; a Escola Municipal Doutor Deoclécio Dias Machado Filho associou-se à Vila Olímpica de Mesquita; e a Escola Municipal Vereador Américo dos Santos estabeleceu parceria com um clube.

Observamos, inicialmente, que o PME na EMSD se realiza mediante parcerias com espaços externos desde a implantação do Programa, pois a instituição não dispõe de estrutura física que permita o desenvolvimento das atividades do contraturno. A princípio, a parceria ocorria com uma igreja católica localizada em um bairro próximo à escola. Os espaços dessa igreja eram precários para o desenvolvimento das atividades do PME, e, conforme a PCPEI, era necessário transportar água potável para o consumo dos estudantes, visto que lá não havia bebedouro. Atualmente, conforme evidenciado, os espaços parceiros

dessa escola consistem em uma igreja presbiteriana²³ e uma academia de artes marciais. A igreja localiza-se próximo da escola, de modo que é possível realizar o deslocamento dos estudantes sem o auxílio de veículos. No entanto, o fato de o trajeto entre a escola e a igreja apresentar perigos em relação ao trânsito fez com que a direção da escola reivindicasse à Prefeitura de Mesquita a disponibilização de um guarda municipal de trânsito para auxiliar o deslocamento dos alunos.

Segundo o diretor e a PCPEI da referida escola, os espaços da igreja presbiteriana são ótimos, melhores do que as instalações físicas da própria instituição escolar, o que faz com que as crianças gostem muito de permanecer neles. Dessa forma, são utilizados basicamente todos os espaços da igreja para a realização das atividades do Programa: as salas com ar condicionado, os banheiros, o refeitório e a cozinha. Vale observar que as dependências físicas dessa instituição religiosa são utilizadas, pela escola, todos os dias da semana e nos turnos matutino e vespertino. Além disso, os educadores destacaram o fato de a igreja ter comprado um bebedouro industrial para ser utilizado pelos alunos e reforçaram que essa parceria representou um ganho significativo para o PME na EMSD.

De acordo com a PCPEI da EMSD, a igreja não interfere diretamente nas atividades do PME realizadas em seus espaços, embora, desde o início da parceria, ela tenha vetado algumas práticas, de modo que algumas oficinas tiveram que ser substituídas por outras. Como exemplo, podemos mencionar o fato de não ter sido permitida a realização da oficina de dança, e algumas recomendações, associadas ao desenvolvimento da oficina de capoeira, foram estabelecidas pela instituição religiosa. De acordo com a entrevistada, a escola atendeu às determinações da Igreja, e, na época da pesquisa de campo, as atividades realizadas em seus espaços consistiam nas oficinas de Orientação de Estudos e Leitura, Cordas e Educação em Direitos Humanos. Acrescenta-se que as atividades esportivas, consideradas mais tranquilas, foram liberadas para acontecerem nas dependências da igreja.

Ao contemplar a temática das parcerias com as igrejas (católica e presbiteriana), o DDE reforçou que elas são as principais instituições parceiras das escolas com PME em Mesquita, seguidas pelos clubes (União e Tênis Clube de

²³ Ao lado do templo presbiteriano, localiza-se o edifício de educação religiosa, com três andares, e são os espaços desse edifício que são disponibilizados para a realização das atividades do PME vinculadas à EMSD.

Mesquita) e pela Vila Olímpica de Mesquita. Além desses parceiros, ele destacou que houve a possibilidade de estabelecer uma parceria com um centro espírita, que não foi concluída devido à dificuldade de concordância por parte de alguns pais/responsáveis de alunos.

O outro espaço parceiro da EMSD é a academia de artes marciais denominada Centro de Treinamento, pertencente a um dos monitores do PME da escola, na qual as atividades do PME ocorrem duas vezes por semana, todas as terças e quintas-feiras, nos turnos matutino e vespertino, em que os alunos realizam aulas de artes marciais. Como contrapartida, a exemplo do que ocorre na igreja presbiteriana, a escola disponibiliza materiais e um funcionário para efetivar a limpeza do espaço, quando necessário.

Segundo a PCPEI da EMSD, ambos os parceiros da escola demonstraram a preocupação em saber quais seriam os educadores que trabalhariam nos espaços. No caso específico da academia, o proprietário do espaço exigiu que o educador tivesse a formação adequada para atuar com os alunos nas artes marciais. Diante dessa exigência, a PCPEI da EMSD decidiu convidá-lo para atuar como monitor responsável pelas atividades de caratê.

A importância das parcerias para efetivar a implantação do PME na EMSD remete, entre outras ações, à necessidade de os governos refletirem sobre as formas de ressarcirem minimamente aqueles que aceitam firmar parcerias com as escolas de tempo integral, haja vista sua importância para o desenvolvimento não só do Programa Mais Educação mas também da Educação Integral. E mais, para além das possibilidades de uma contrapartida para as instituições parceiras, os relatos da PCPEI da EMSD indicam a urgente necessidade de os governos estabelecerem ações voltadas para a melhoria dos espaços escolares, fortalecendo, assim, a instituição escolar.

O proprietário da academia parceira da EMSD, e também monitor de caratê da escola, sugeriu maneiras de a Prefeitura de Mesquita contribuir com aqueles que se dispõem a abrigar atividades escolares, concluindo que, se houver maior comprometimento dos governos, novas parcerias poderão ser firmadas:

“Eu pago tudo: IPTU, aluguel... A Prefeitura poderia olhar mais [para os parceiros]. [...] Eu acho que deveria ser isso, isenção de IPTU. Aqui a escola é muito privilegiada: a igreja é muito boa e tem um espaço excelente, e a academia também está ajudando muito. A Prefeitura

poderia ajudar [...], ter um plano de ação para ajudar os espaços parceiros. Essa possível ajuda até iria ajudar a ter mais espaços.”

Ademais, o entrevistado afirmou estar realizando um trabalho social com os alunos do PME, oferecendo, conforme já evidenciado, bolsas de estudos para aqueles que se destacam no caratê, de modo que esses estudantes frequentem a academia em outros dias e horários, objetivando tanto seu maior desenvolvimento no esporte quanto seu não envolvimento com a violência do local onde moram, além disso, alguns alunos, inclusive, participam de competições em artes marciais.

No que se refere à EMRAS, segundo sua PCPEI, foram providenciadas adaptações nos espaços físicos da instituição, pois eles, nas palavras da diretora da escola: “[...] comportam o Programa somente com as modificações e colocações de divisórias nas salas mesmo. Adequações triviais”.

Assim como na EMSD, as Escolas Municipais Doutor Deoclécio Dias Machado Filho e Vereador Américo dos Santos também contam com parcerias para o desenvolvimento das atividades do PME. A primeira escola, conforme evidenciado, utiliza os espaços da Vila Olímpica de Mesquita, e a segunda tem parceria com um clube localizado em suas proximidades, denominado Clube Proletário.

No entanto, vale esclarecer que as atividades do PME na escola Doutor Deoclécio Dias Machado Filho ocorrem basicamente nos espaços da própria instituição escolar, uma vez que ela utiliza os espaços da Vila Olímpica somente uma vez por semana, ou no intervalo de quinze dias, para realizar atividades de atletismo com os estudantes, como afirmou a diretora da escola.

Quanto aos espaços utilizados pela Escola Municipal Vereador Américo dos Santos, uma das educadoras participantes do grupo focal, a qual já atuou na instituição, afirmou que a implantação do PME representou um período difícil para essa escola. Isso aconteceu porque a escola estabeleceu parcerias com espaços do seu entorno que foram canceladas logo no início do desenvolvimento das atividades do PME, de modo que o único parceiro a manter a concessão dos seus espaços foi o referido clube. Tal fato permite a identificação do desafio enfrentado pela direção das escolas em buscar parceiros, frente não só à escassez, mas também à volatilidade das parcerias, as quais podem ser interrompidas a qualquer momento.

A Escola Municipal Doutor Manoel Reis, semelhante à EMRAS, realizou adaptações em seus espaços para desenvolver as atividades do PME, uma vez que

a escola tem dificuldades de conseguir parcerias para a obtenção de espaços, pelo fato de se localizar em um bairro essencialmente residencial, contando basicamente com a possibilidade de parceria com uma academia popular. Sendo assim, o DDE afirmou que, após passar por um período de reorganização/reforma interna, essa escola, hoje, desenvolve o PME em suas dependências físicas, mas não possui outras parcerias.

No caso da Escola Municipal Governador Roberto Silveira, os espaços utilizados para as atividades do PME consistem nas próprias instalações físicas da instituição. Como mencionou sua diretora, a escola possui uma infraestrutura que permite o desenvolvimento das atividades da educação em tempo integral em seus espaços, pois, ao implantar o PME, realizou adaptações em sua estrutura física e passou por reformas recentemente.

A situação vivenciada pela Escola Municipal Maria Dolores de Melo Porto é um pouco diferenciada das demais, visto que ela necessita de espaços para o desenvolvimento das oficinas do PME e possui possibilidades de firmar parcerias, mas não pode utilizar essa estratégia devido à violência vigente em seu entorno. Inclusive, de acordo com o DDE, alguns pais dos alunos, por medo, não permitem que estes saiam do espaço da escola e que se desloquem para outros locais:

“Diante da violência atual, o número de alunos nesses projetos cai bastante. Isso porque os pais não querem deixar as crianças o dia inteiro na escola. Até a frequência normal das crianças cai. A escola Maria Dolores é uma das que mais tem possibilidade de parceiros, só que não pode usufruir das parcerias porque os pais não querem que os alunos saiam da escola, os quais acabam tendo que realizar todas as atividades dentro da escola. Então, é uma escola que mesmo tendo diversos parceiros no entorno, eles não podem ser utilizados por causa do medo da violência.”

Na Escola Municipal Presidente Castelo Branco, as atividades do tempo integral ocorrem somente nas dependências físicas da instituição, pois ela não conseguiu parcerias para obtenção de espaços. Isso fez com que, conforme a PCPEI da escola, fossem necessárias adaptações dos espaços internos da escola para que ela pudesse ofertar as atividades do Programa. Um desafio evidenciado por essa coordenadora, em relação à questão do espaço, consiste na necessidade de, diariamente, ter que administrar/alternar o uso das dependências da escola. As turmas do tempo integral revezam os espaços com as demais turmas na escola,

implicando em uma instabilidade em relação ao planejamento das atividades e à possibilidade de ter espaços para desenvolvê-las.

Quanto à Escola Municipal Maria Isabel, a Escola Piloto, de acordo com a concepção que a fundamenta, suas atividades realizam-se nas suas dependências físicas, ocorrendo, fora do espaço da escola, somente as atividades de passeio e as visitas orientadas a espaços culturais, entre outras, conforme pontuou a sua atual diretora.

Ao discutirmos o aspecto referente aos espaços em que se realizam as atividades do PME, é válido observar o depoimento do DDE, ao evidenciar que: “[...] as matrículas, para participar do PME, aumentam muito nas unidades escolares que conseguem se organizar, se estruturar melhor em relação aos espaços e monitores”. Tal fato justifica a necessidade de refletir acerca da proposta de ampliação da jornada escolar, da fragilidade das parcerias e, também, quanto à valorização dos monitores.

Os grupos focais – realizados, em separado, com monitores, alunos e pais/responsáveis pelos estudantes do PME da EMSD e da EMRAS – possibilitaram identificar a representação que esses sujeitos possuem em relação aos espaços parceiros. Quanto aos monitores da EMSD, esses os consideram ótimos (Igreja Presbiteriana e Academia de Artes Marciais). Já os monitores da EMRAS consideram que as adaptações realizadas nos espaços internos da escola, mediante a colocação de divisórias em algumas salas, possibilitaram uma melhoria do ambiente físico da instituição.

Na perspectiva dos estudantes da EMSD, verificamos que estes gostam dos espaços parceiros da escola, bem como das atividades neles realizadas. Conforme relatou uma aluna do quarto ano do Ensino Fundamental, caso as atividades do tempo integral tivessem que ser realizadas na escola, seria necessário dividir os espaços com os estudantes do turno regular, e isso acarretaria uma situação desagradável devido ao barulho. Além disso, vale mencionar que, quando questionados em relação ao seu deslocamento para os espaços parceiros, os alunos disseram não se incomodar com isso. Referindo-se aos educandos da EMRAS, esses afirmaram gostar dos espaços físicos da instituição escolar.

Quanto aos grupos focais realizados com uma amostra de pais de estudantes inscritos no PME, na EMSD, participaram da pesquisa nove mães e, na EMRAS, um quantitativo de três mães e um pai. Em relação à primeira escola

mencionada, uma das mães afirmou que seria necessário um espaço adequado no interior da escola para possibilitar a realização das atividades do tempo integral. Outra entrevistada considerou que o espaço da igreja presbiteriana é muito bom e, principalmente, aprova essa parceria pelo fato de a Igreja se localizar bem próximo da escola. Nesse sentido, duas mães perceberam como essencial a existência de um transporte para o deslocamento dos alunos para os espaços parceiros, pois, segundo elas, são poucos professores que acompanham os estudantes nesse trajeto pela rua, fato que, especialmente no início do PME, acarretou preocupações aos pais dos alunos. Entretanto, em divergência a esse posicionamento, outra mãe considerou que, no caso dessa escola, em que os espaços parceiros se localizam em sua proximidade, não há necessidade de transporte, a não ser em dias de chuva. Já em relação à EMRAS, duas mães afirmaram sua preferência pela ocorrência das atividades do PME nas dependências físicas da escola e não em outros espaços, de modo a evitar o deslocamento dos alunos para outros locais.

3.4 Currículo e prática pedagógica

A GEI na SEMED relatou que a participação dos estudantes nas turmas do PME, as quais apresentam de 25 a 30 alunos, se dá por meio do agrupamento por faixa etária e nível de aprendizagem²⁴. A entrevistada também evidenciou que os alunos que participam do PME são submetidos a um diagnóstico de leitura e escrita no início, meio e fim do ano letivo, com o intuito de verificar se houve avanços de um período para o outro.

A GEI, as PCPEIs e os diretores entrevistados em Mesquita evidenciaram que as atividades/oficinas diversificadas, possibilitadas aos alunos por meio do Programa Mais Educação, são ofertadas no contraturno²⁵, e, no turno regular, ocorre a oferta das disciplinas associadas à base comum nacional. A jornada dos alunos inscritos no PME corresponde a oito horas diárias, sendo que o Município, aos

²⁴ A exceção ocorre na atividade de Orientação de Estudos e Leitura, que integra o macrocampo Acompanhamento Pedagógico, em que o Município, seguindo a indicação do MEC, constituiu turmas formadas por, no máximo, 15 alunos.

²⁵ Utilizamos a palavra contraturno em atenção à nomenclatura utilizada na Portaria Interministerial nº 17/2007 e no Decreto nº 7.083/2010. Todavia, há que se registrar que os documentos mais recentes privilegiam expressões como: turno inverso e turno complementar.

poucos, vem buscando realizar a integração curricular entre os dois turnos e entre os professores do turno regular e os monitores do PME, visando à melhoria da aprendizagem dos alunos na perspectiva da Educação Integral. Vale destacar que, apesar de os entrevistados evidenciarem estar buscando um currículo integrado, eles levantam essa questão como um dos maiores desafios do Programa em âmbito municipal.

“O que tentamos fazer sempre? Fazer um *link* com os professores das disciplinas afins, por exemplo, língua portuguesa e matemática, pra poder fazer com que os professores e os monitores trabalhem com as dificuldades que os alunos apresentam.” (Diretora da EMRAS).

“A dificuldade de interligar os turnos é grande, mas eu não acho que é uma coisa só do nosso Município, acho que é geral, talvez nacional... Vou até me atrever a dizer isso! Mas, dentro de toda a dificuldade que encontramos, estamos sempre voltados para interligar da melhor maneira possível. E, é aquilo: o Mais Educação não é um apêndice da escola, ele faz parte da escola. Assim, ele deve estar sempre ligado a tudo, projetos, feiras, tudo faz parte do Programa.” (Diretora da EMGRS).

Por meio das entrevistas dos PCPEIs, foi possível perceber que vêm ocorrendo avanços associados à articulação curricular nas escolas de primeiro segmento do Ensino Fundamental que aderiram ao trabalho com projetos: “Quando relacionamos os projetos, conseguimos trabalhar muito bem, professores, monitores e alunos conseguem se adequar à proposta, ao currículo. Fora isso, quanto ao conteúdo, essas outras questões, é mais difícil” (PCPEI do CIEP Municipalizado Padre Nino Miraldi). Por sua vez, nas escolas de segundo segmento, foi verificada uma maior dificuldade na realização desta integração, já que o contato entre docentes e monitores acontece de forma restrita, devido especialmente ao pouco tempo que os professores do turno regular permanecem fora da sala de aula:

“Por se tratar de uma escola de segundo segmento, é muito complicado ter esse *link* com os professores, que entram e saem correndo. Então, parar, ter essa conversa, até mesmo numa reunião pedagógica, num COC [Conselho de Classe], é complicado. Não é por má vontade, é porque realmente não dá.” (PCPEI na EMRAS).

Cabe ressaltar que os monitores das duas escolas pesquisadas apresentam visões distintas acerca de sua integração com os profissionais da

educação. Na escola que oferece exclusivamente o primeiro segmento do Ensino Fundamental (EMSD), os monitores relataram apresentar um entrosamento maior com os professores, além de estarem participando mais efetivamente das propostas da escola. Já os monitores da escola que atende ao segundo segmento (EMRAS) afirmaram que essa integração com os professores vem ocorrendo de forma muito restrita, acontecendo somente com os monitores que atuam na escola vários dias na semana.

Alguns dos diretores que participaram do grupo focal destacaram que vem sendo fortalecida a parceria entre o professor coordenador pedagógico (PCP) e o PCPEI, de modo que esses realizem o planejamento de suas atividades de forma conjunta, o que é de fundamental importância para a melhoria da aprendizagem dos alunos da escola. Além disso, segundo a diretora da E. M. Doutor Deoclécio Dias Machado Filho, os monitores de Orientação de Estudos e Leitura vêm realizando seu planejamento com o apoio dos coordenadores pedagógicos e do PCPEI, considerando os conteúdos trabalhados em sala de aula.

“Eu sentei com as coordenadoras [pedagógicas] dos anos iniciais, dos anos finais e do Mais Educação para discutir a necessidade de fazerem a OE [orientação educacional] juntas, de estarem fazendo um planejamento juntas, de sentar, montar a atividade, de estar ali lado a lado. Nós montamos uma sala com máquina de xerox, com computador... Aí as coordenadoras têm a possibilidade de sentar e falar: ‘Olha só, o quinto ano está precisando desse tipo de ajuda...’ Aí ficou uma coisa muito bacana, elas têm um momento de planejamento e conseguem planejar a semana inteira... O Programa funciona normalmente no momento em que elas [PCP e PCPEI] estão fazendo o planejamento... E temos tido um retorno positivo dos professores, até do sexto ao nono Ano, eles já sabem que, conversando com a coordenadora, ela faz esse elo.”

É possível concluir, pelas entrevistas com os PCPEIs e os diretores das escolas, que esses vêm construindo estratégias para aproximar os professores do turno regular e os monitores. Nesse sentido, os monitores vêm sendo orientados, especialmente pelos PCPEIs, a procurarem os professores no horário de intervalo destes para conversarem sobre o trabalho desenvolvido no âmbito do PME. Além disso, segundo relato da GEI, os diretores e PCPEIs são orientados pela SEMED a inserirem os monitores nas reuniões pedagógicas e nos conselhos de classe. Ainda de acordo com a GEI, os monitores são convidados a participar das demais formações oferecidas aos profissionais da educação da rede municipal de ensino de

Mesquita, a citar: os seminários de educação integral, que ocorrem desde o ano de 2011, e as jornadas pedagógicas, que acontecem anualmente. Conforme evidenciado anteriormente, também foi possível detectar que a exigência de formação mínima para os PCPEIs e monitores do PME estimulou que alguns desses profissionais voltassem a estudar para continuar atuando nesses cargos, passando, assim, a contar com uma formação em nível superior e qualificando, conseqüentemente, o desenvolvimento da Educação Integral em tempo integral no Município.

Uma importante prática pedagógica mencionada pelos entrevistados diz respeito às aulas-passeio, oferecidas em todas as escolas que possuem o PME. Segundo a GEI, as aulas-passeio têm por objetivo propiciar a aprendizagem dos alunos por meio da interação direta com o objeto de estudo, além de atraí-los para o Programa e de buscar a integração entre o turno e o contraturno da escola, sob a perspectiva de um currículo integrado:

“Uma destas estratégias são as aulas-passeio, onde contextualizamos com os professores do regular para fazer essa troca da sala de aula com os monitores. [...] Então a gente tenta também estreitar esses laços, criar esse vínculos” (GEI na SEMED).

A PCPEI na EMRAS ratifica que essa prática tem função educativa e de socialização, constituindo-se, inclusive, em um atrativo para que os alunos ingressem no PME, os quais, com o passar do tempo, vão se envolvendo com as oficinas/atividades do Programa. A entrevistada relatou ainda que, por meio dessas aulas, são oportunizadas atividades nunca antes vivenciadas pelos alunos, visto que alguns deles, apesar de já se encontrarem na adolescência e devido ao nível socioeconômico da família, não tiveram a oportunidade de sair da Baixada Fluminense e/ou de ir a um cinema ou teatro.

Os alunos da EMRAS relataram que as aulas-passeio se constituem num diferencial do Programa, por meio do qual o conhecimento é construído de forma mais atrativa e, sob essa perspectiva, apreendido com maior facilidade: “Toda vez que nós vamos a um passeio, a gente aprende muito mais do que aprende nas aulas à tarde, pois lá [na sala] a gente copia, copia...” (Aluno da EMRAS).

Vale observar que o PME apresentou um diferencial em relação às atividades associadas ao currículo regular, com a utilização de metodologias mais

atraentes, como, por exemplo, os jogos pedagógicos que compõem os *kits* das atividades do Programa, o que, conforme já destacado, contribui para a melhoria da aprendizagem dos alunos:

“Ela entrou no Mais Educação no ano passado e, no meio do ano, teve um desenvolvimento ótimo na leitura, na nota, em tudo. Agora ela só ganha B e MB, não ganha R. Melhorou bastante” (Mãe de aluna do PME na EMSD).

Além disso, a GEI também fez referência à importância da atividade de Orientação de Estudos e Leitura ocorrer diariamente:

“Nós temos percebido melhorias na leitura das crianças. Até por conta das oficinas de orientação de estudos e leitura, agora, com obrigatoriedade de ocorrerem diariamente, todos os dias trabalhamos com essa questão”.

Apesar de os entrevistados terem evidenciado que o Município de Mesquita vem buscando desenvolver um currículo integrado com práticas pedagógicas diferenciadas, suas escolas ainda não possuem um importante documento para regular essas práticas, qual seja, o Projeto Político-Pedagógico (PPP).

Por meio das entrevistas das PCPEIs e das diretoras, verificamos ainda que, no ano de 2014, a SEMED promoveu uma reflexão sobre os itens do PPP do Município, para que, a partir daí, cada escola construísse seu próprio PPP:

“Já veio alguma coisa pronta e nós modificamos... Aí, encaminhamos para a Secretaria, que faz um apanhado e depois retorna para a escola. [...] Já passamos a discussão do marco filosófico e estamos discutindo currículo, avaliação e aprendizagem, para depois pensar no PPP da escola.” (Diretora da EMMI).

As diretoras também relataram que existe um plano de ação anual que é construído pela equipe técnico-pedagógica das escolas. Segundo a diretora da EMMI, esse plano é um documento construído no início de cada ano letivo e contém as ações pedagógicas que serão desenvolvidas ao longo do ano, a citar: os projetos e as atividades para melhoria do desempenho dos alunos com dificuldade de aprendizagem, entre outras ações.

3.5 Gestão e relação com a comunidade

Conforme apresentado anteriormente, podemos considerar Mesquita como um Município novo, tendo em vista que sua emancipação ocorreu em 1999. Nove anos depois, ou seja, em 2008, a Secretaria Municipal de Educação aderiu ao Programa Mais Educação e, em 2009, iniciou sua implementação, primeiramente, em duas unidades escolares²⁶. Ainda no ano de 2009, outras nove instituições escolares, que já haviam solicitado a adesão ao PME em 2008, deram início ao desenvolvimento do Programa, e, atualmente, a proposta do Governo Federal vem sendo implementada por todas as escolas de educação básica da rede municipal de ensino do Município.

Nesse sentido, destacamos que, logo após a adesão ao PME, em 2009, e antes de iniciar sua implementação, a SEMED de Mesquita destinou um tempo²⁷ ao planejamento das ações do Programa e, especialmente, à formação dos profissionais da educação que assumiriam a função de professores coordenadores pedagógicos da Educação Integral nas escolas, ou seja, os professores comunitários, de acordo com a nomenclatura atribuída a esses profissionais no âmbito do PME.

Durante o período de planejamento das ações do PME, ocorreram reuniões periódicas com um grupo de PCPEIs de onze escolas que, em 2008, aderiram ao PME, ocasião em que foram realizados estudos e discussões em relação à Educação Integral e ao tempo integral, incluindo o ordenamento normativo pertinente ao tema. Além disso, a fim de conhecer uma realidade da ampliação do tempo escolar, o grupo visitou a experiência de educação em tempo integral desenvolvida pelo Município de Nova Iguaçu, no Rio de Janeiro, o Programa Bairro-Escola²⁸.

²⁶ Escola Municipal Doutor Deoclécio Dias Machado Filho e o CIEP Municipalizado Padre Nino Miraldi.

²⁷ Conforme evidenciado anteriormente, esse período estendeu-se do final de fevereiro/início de março até outubro de 2009, quando o Programa, de fato, teve início em duas escolas da rede municipal de educação de Mesquita.

²⁸ O Programa Bairro-Escola teve início no Município de Nova Iguaçu, no ano de 2006, tendo como finalidade implantar a educação em tempo integral nas escolas públicas da sua rede municipal de ensino. Para isso, esse Programa propôs “a ressignificação dos espaços e do currículo a partir de uma articulação entre diferentes instituições, sejam elas públicas ou privadas, para a realização de atividades diversificadas, no contraturno escolar” (ROSA, 2011, p. 51).

No que se refere à gestão do PME junto à SEMED, evidenciamos, conforme depoimentos do Secretário Municipal de Educação, do DDE e da GEI, que, no ano de 2011, ocorreu a criação de um cargo, vinculado ao Setor de Projetos, no âmbito da Secretaria, denominado Gerência de Educação Integral, instituído com o objetivo de gerir o desenvolvimento do PME nas escolas da rede municipal de educação, conforme detalhado anteriormente. Esses mesmos sujeitos ressaltaram que, embora o cargo de GEI só tenha sido criado em 2011, desde o início da implantação do PME, a SEMED contava com um profissional responsável por assessorar o Programa.

No ano de 2014, foi criado o Setor de Educação Integral e Projetos²⁹, o qual é responsável por coordenar o PME nas escolas da rede municipal de educação de Mesquita, incluindo, por conseguinte, a Escola Piloto de Educação Integral (Escola Municipal Maria Isabel), bem como por acompanhar outros projetos e programas governamentais desenvolvidos no âmbito da educação, no Município.

À época da pesquisa de campo, junho do ano de 2014, o SME afirmou que a criação de um setor específico para tratar da Educação Integral teve por objetivo estabelecer condições para transformá-la em política pública municipal, a qual foi fortalecida com a aprovação da Lei nº 881/2015, que dispõe sobre as diretrizes para a Educação Integral em tempo integral do Ensino Fundamental da rede municipal de ensino de Mesquita.

A criação de um setor específico para gerenciar a Educação Integral no âmbito da SEMED pode ser considerada como uma iniciativa importante para o processo de efetivação da proposta de ampliação da jornada escolar no Município. No entanto, para ser condizente com os princípios básicos da Educação Integral, os quais defendem que essa proposta deva perpassar todos os setores associados à educação escolar, não se constituindo, pois, função específica de somente um deles, depreende-se que, com o passar do tempo, naturalmente as discussões conduzirão para a gradativa extinção do referido setor.

Outra característica do desenvolvimento do Programa Mais Educação em Mesquita refere-se à criação do Comitê Municipal de Educação Integral³⁰, o qual é

²⁹ Em 2014, os cargos de Gerente de Projetos e Gerente de Educação Integral foram unificados no cargo de Gerente de Educação Integral e Projetos, ocasião em que o Setor de Projetos passou a ser intitulado Setor de Educação Integral e Projetos.

³⁰ Instituído pela Portaria nº 025/2013, o Comitê Municipal de Educação Integral é composto por: representantes das unidades escolares da rede municipal de ensino de Mesquita, membros de outras

responsável pela promoção de discussões associadas à Educação Integral e ao tempo integral com os PCPEIs, em todas as escolas de Ensino Fundamental da rede municipal de ensino do Município, bem como pela criação dos comitês locais, os quais deverão ser instituídos no âmbito de cada uma das escolas, incluindo as de Educação Infantil, pois, conforme o DDE na SEMED, essa é uma demanda dos profissionais que atuam na direção das escolas que ofertam essa etapa de ensino.

No que tange ao financiamento proveniente do Governo Federal para o desenvolvimento do PME nas escolas, esse é operacionalizado pela Secretaria de Educação Básica (SEB), por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Sendo assim, as escolas que aderem ao PME recebem os recursos financeiros, anualmente, por meio de suas Unidades Executoras próprias (UEX), ou, nos casos em que a escola pública tenha até 50 alunos e não possua uma Unidade Executora, os recursos do PDDE são repassados à Entidade Executora (prefeitura ou secretaria de educação distrital ou estadual) à qual a escola se vincula, conforme estabelecido na Resolução nº 20/2011 (BRASIL, 2011).

Nesse sentido, as escolas da rede municipal de Mesquita que aderiram ao PME, além de usufruírem do apoio financeiro federal, mencionado acima, de acordo com o SME, o DDE e a GEI, são beneficiadas também com algumas complementações/contrapartidas possibilitadas pelo Governo Municipal, tais como: (1) a oferta de 20 horas adicionais ao PCPEI, de modo a duplicar sua carga horária, tornando-o um profissional com 40 horas dedicadas à coordenação do PME em uma escola; (2) a oferta de um valor adicional³¹ pago às mães educadoras que atuam junto ao PME nas escolas; (3) o direito de as escolas que desenvolvem o PME solicitarem um Assistente de Serviços Gerais para a realização da limpeza dos espaços parceiros; (4) e a complementação dos recursos destinados à merenda escolar³², efetivada por meio da contratação de uma empresa terceirizada, a qual

secretarias e convidados do meio acadêmico e de outros municípios (MESQUITA, 2013). Disponível em: <<http://www.mesquita.rj.gov.br/?new-cliping=comite-municipal-de-educacao-integral-de-mesquita>>. Acesso em: 24 out. 2014.

³¹ Contrapartida municipal realizada durante os anos de 2009, 2010 e 2011.

³² A alimentação escolar é financiada pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar, instituído por meio do Decreto nº 37.106, de 31 de março de 1955, visando à “transferência, em caráter suplementar, de recursos financeiros aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios destinados a suprir, parcialmente, as necessidades nutricionais dos alunos”. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-historico>>. Acesso em: 14 out. 2014.

fornece alimentação para todas as escolas municipais de Mesquita, sendo que aquelas que desenvolvem o PME recebem alimentação diferenciada e em maior quantidade.

Especificamente em relação à alimentação, a Gerente de Alimentação Escolar informou que a chegada do PME fez com que o cardápio tivesse que ser repensando pelas nutricionistas da SEMED, visando atender às necessidades nutricionais das crianças que passaram a permanecer na escola pelo período mínimo de sete horas diárias. Além disso, o Município passou a disponibilizar aos alunos do Programa cinco refeições diárias e gêneros alimentícios diferenciados daqueles oferecidos aos demais alunos. Segundo a GAE: “[...] a cada dia, é oferecido um lanche diferente, sempre com uma bebida e algum alimento do grupo do pão, biscoito ou cereal”. Nesse sentido, convém observar que a orientação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), contida na Resolução CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013, é a de que sejam oferecidas, no mínimo, três refeições diárias aos alunos do PME (BRASIL, 2013, Art. 55, II), revelando certa distinção do Município nesse contexto.

Encontramos também, no *Regimento Escolar Comum...* das escolas municipais de Mesquita, a preocupação com a oferta de uma alimentação saudável como contribuição para o desenvolvimento integral do aluno, com a garantia de, pelo menos, quatro refeições diárias para os estudantes que permanecerem na escola em período integral.

Art. 80. As unidades escolares, na perspectiva de realização da educação integral, fornecerão alimentação saudável e de qualidade, em pelo menos 04 refeições diárias, de forma adequada, colaborando com o desenvolvimento físico e mental do estudante. (MESQUITA, 2011).

Nesse sentido, por meio deste relato da GAE: “A escola é um espaço educativo e essas crianças passam tanto tempo dentro dela, que nada melhor do que usar este espaço para ensinar a alimentação saudável”, foi possível apreender sua preocupação em aproveitar os momentos das refeições dos alunos para promover também a educação para a saúde.

Também foi relatado pela GAE que, embora sejam preparados por merendeiras e auxiliares de merenda, os gêneros alimentícios são adquiridos e distribuídos por uma empresa terceirizada, a qual também é responsável pela

aquisição, distribuição e manutenção dos utensílios e equipamentos associados à preparação das refeições, bem como pelo pagamento dos auxiliares de merenda, profissionalmente vinculados à empresa contratada:

“As refeições são pagas para a empresa pela Prefeitura, de acordo com número servido. [...] É feito um controle, as escolas mandam esse controle para a SEMED, que envia para a empresa, para que seja gerada a nota fiscal.” (GAE na SEMED).

Segundo o DDE, a compra dos gêneros alimentícios pela empresa terceirizada pela Prefeitura de Mesquita passou a ocorrer no início de 2013, com a chegada da nova gestão à SEMED. O entrevistado evidenciou que essa decisão deveu-se a relatos de “desvios de merenda em algumas unidades escolares”. De acordo com ele, esse “era um problema recorrente, e uma das propostas para tentar solucionar tal problemática foi a terceirização da distribuição dos gêneros alimentícios”, já que, sob essa dinâmica de organização, os alimentos são da empresa terceirizada, e a Prefeitura paga pelas refeições servidas, ficando sob a responsabilidade da contratada o controle do estoque dos gêneros alimentícios.

Especificamente em relação à ingerência da Secretaria de Educação do Município junto à empresa que fornece refeições às escolas, observamos, por meio da entrevista da GAE, que ela só interfere no processo quando alguma escola relata algum problema relacionado a essa empresa.

Cabe ressaltar que o FNDE, por meio do PNAE, garante às redes públicas de educação do Município um aporte financeiro maior para a alimentação dos alunos que participam do PME, equivalente ao triplo³³ do valor disponibilizado para a merenda dos que permanecem na escola por apenas quatro horas diárias. Além disso, a GAE evidenciou que Mesquita complementa o valor repassado pelo FNDE em mais de R\$ 1,00 (um real) por aluno/dia, considerando esse como um dos aportes financeiros do Município para o Programa.

Sendo assim, em síntese, observamos que, em Mesquita, o financiamento da alimentação escolar para os alunos integrantes do PME resulta da

³³ O valor repassado pela União aos estados e municípios por dia letivo, para cada aluno, é definido de acordo com a etapa e modalidade de ensino. Os alunos que frequentam o Ensino Fundamental, Médio e a Educação de Jovens e Adultos recebem R\$ 0,30; já os que participam do PME, por permanecerem na escola por pelo menos sete horas diárias, recebem R\$ 0,90. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/index.php/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-apresentacao>>. Acesso em: 10 out. 2014.

conjunção dos recursos do PNAE com uma complementação disponibilizada pelo Governo Municipal, cujo montante total é repassado à empresa terceirizada referida. Esse fato pode representar uma preocupação do Município associada à importância da alimentação escolar no contexto da educação em tempo integral.

Por outro lado, esta pesquisa também possibilitou levantar alguns desafios associados tanto à qualidade quanto à quantidade da alimentação servida em algumas instituições escolares de Mesquita, principalmente naquelas que atendem ao segundo segmento do Ensino Fundamental. De acordo com a PCPEI de uma dessas escolas, a quantidade de alimentação oferecida aos adolescentes deve ser diferenciada. Além disso, de acordo com os relatos dos alunos da EMRAS, embora com boa qualidade, o preparo da alimentação deve ser mais bem acompanhado, de modo que ela fique mais saborosa.

Dois outros desafios associados à oferta de alimentação escolar em Mesquita fazem associar-se: à necessidade de construir estratégias voltadas para a melhoria do cardápio do almoço das segundas-feiras, geralmente associado a um único item (macarrão), já que as limitações estruturais das escolas exigem que grande parte dos alimentos seja entregue no dia anterior à sua elaboração, impondo dificuldades à melhora do cardápio nesse dia; e à reivindicação dos alunos que não integram o PME para receberem os mesmos lanches disponibilizados a seus colegas do Programa.

Quanto à estratégia de envio dos recursos financeiros da alimentação diretamente para as instituições escolares, evidenciamos que as escolas públicas de Mesquita só contam com os do PDDE, cuja origem se localiza no Governo Federal. O SME alegou que, devido ao fato de o Município apresentar baixa arrecadação, não é possível descentralizar recursos enviando-os diretamente para as suas escolas, embora ele ofereça serviços e outras contrapartidas, conforme mencionado anteriormente.

Nesse sentido, vale observar que alguns diretores que participaram de um dos grupos focais desta pesquisa destacaram a importância de o PME se fazer acompanhar também pelo envio de recursos, por parte das secretarias de educação, direto para suas escolas. Para esses diretores, essa estratégia de descentralização dos recursos garante à gestão da unidade escolar autonomia para administrá-los de acordo com suas necessidades, bem como efetuar compras de materiais e

equipamentos de modo a conseguirem melhores preços, conforme é possível observar no depoimento de uma das diretoras entrevistadas:

“[...] eu tenho autonomia de pesquisar preços, ver a qualidade do material pra minha escola, não sendo necessário somente fazer uma lista e dar pra outra pessoa decidir o que vai dar pra comprar [...] então eu tenho como pechinchar, eu tenho como negociar.”

No entanto, mesmo em meio às novas possibilidades vivenciadas pelas escolas que aderiram ao PME em Mesquita, convém observar as recorrentes dificuldades que os diretores dessas instituições de ensino enfrentam no que diz respeito aos repetitivos atrasos³⁴ no envio das verbas do Programa, sendo esse um desafio mencionado por todos os diretores e pelo DDE. Em meio a essa problemática, vale destacar o compromisso dos monitores do PME, os quais, em grande parte das vezes, continuaram a desempenhar suas tarefas, mesmo frente à ausência do ressarcimento de suas despesas. O diretor de uma das escolas com o Programa no Município de Mesquita reconhece que foi o comprometimento dos monitores que fez com que o PME não deixasse de ser implementado na sua escola, os quais continuaram a desenvolver as oficinas do Programa mesmo diante do atraso no envio dos recursos financeiros.

Como uma estratégia de gestão voltada para a otimização dos recursos públicos (financeiros, humanos, infraestruturais), bem como para a potencialização de suas ações, o Programa Mais Educação investe na intersetorialidade. Diante disso, buscamos investigar se, em Mesquita, ocorre a articulação do PME com outros programas governamentais, órgãos ou secretarias.

Nesse sentido, identificamos o desenvolvimento de duas ações do Governo Federal que são implementadas nas escolas vinculadas ao PME, a saber, os Programas Saúde na Escola (PSE)³⁵ e Atleta na Escola (PAE)³⁶. O primeiro

³⁴ Segundo o DDE, os recursos do PDDE/Educação Integral, em geral, chegam às escolas do Município durante o segundo semestre do ano subsequente ao da adesão ao PME. Nesse sentido, vale reiterar que, de acordo com o entrevistado, embora as primeiras adesões ao Programa tenham iniciado em 2008, o Governo Federal só encaminhou os recursos no final do mês de agosto/início do mês de setembro do ano seguinte, fazendo com que a implementação do PME tivesse início somente em outubro de 2009.

³⁵ O Programa Saúde na Escola foi instituído pelo Decreto nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007, no âmbito dos Ministérios da Educação e da Saúde, e é definido como sendo a: “[...] proposição de uma política intersetorial entre os Ministérios da Saúde e da Educação na perspectiva da atenção integral (prevenção, promoção e atenção) à saúde de crianças, adolescentes e jovens do ensino básico público (educação infantil, ensino fundamental e médio, educação profissional e tecnológica e na

consiste em um programa de caráter intersetorial, de responsabilidade dos Ministérios da Educação e da Saúde. Em Mesquita, o PSE é desenvolvido junto ao PME desde o ano de 2010, visando à atenção integral a crianças e adolescentes no que se refere aos campos da saúde e da educação. Sob essa perspectiva, a SEMED atua na gestão da referida ação de forma conjunta com a Secretaria Municipal de Saúde do Município.

Já o Programa Atleta na Escola é de responsabilidade dos Ministérios da Educação e do Esporte, com apoio do Ministério da Defesa, e começou a ser desenvolvido junto ao PME em Mesquita, no ano de 2013, sendo gerenciado pelas Secretarias Municipais de Educação e de Esporte e Lazer. Segundo o DDE, as atividades do Programa Atleta na Escola são exclusivamente esportivas, as quais são realizadas na Vila Olímpica de Mesquita e desenvolvidas basicamente pelos monitores de educação física do PME.

Outro aspecto a ser abordado na análise do desenvolvimento do PME no Município de Mesquita consiste na proposta do Programa de fortalecer o relacionamento entre a escola e a comunidade, o qual foi contemplado pela ação Relação Escola-Comunidade. Essa ação está inserida no PME como uma atividade e propõe a abertura das escolas aos finais de semana, de modo a ofertar “ações de educação não-formal, no âmbito do lazer, das artes, da cultura, do esporte, do ensino complementar e da formação inicial para o trabalho e para a geração de renda” (BRASIL, 2013a, p. 32). Nessa linha, essa ação segue as mesmas diretrizes do Programa Escola Aberta³⁷, o qual objetiva:

[...] fortalecer a integração entre escola e comunidade, ampliar as oportunidades de acesso a espaços de promoção da cidadania e

educação de jovens e adultos (EJA), no âmbito das escolas e/ou das unidades básicas de saúde, realizadas pelas Equipes de Saúde da Família” (BRASIL, 2007, p. 1). Além disso: “O PSE é uma estratégia que atua em consonância com o Programa Mais Educação para atender à atenção integral de crianças e adolescentes, integrando os campos da saúde e da educação” (BRASIL, 2007, p. 3-4).

³⁶ Instituído pela Resolução CD/FNDE nº 11/2013, o Programa Atleta na Escola “tem como objetivo incentivar a prática esportiva nas escolas, democratizar o acesso ao esporte, desenvolver e difundir valores olímpicos e paraolímpicos entre estudantes da educação básica, estimular a formação do atleta escolar e identificar e orientar jovens talentos”. Disponível em: <<http://atletanaescola.mec.gov.br/programa.html>>. Acesso em: 24 out. 2014.

³⁷ O Programa Escola Aberta foi criado em 2004, a partir de uma parceria entre o Ministério da Educação e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), tendo sido inspirado no Programa Abrindo Espaços: Educação e Cultura para a Paz, da UNESCO, sendo que este último teve início no ano de 2000, nos estados do Rio de Janeiro e Pernambuco, posteriormente expandido para outras regiões do País (BRASIL, 2010a). Em Mesquita, o Programa Escola Aberta teve início em 2005, o qual, em 2013, passou a ser denominada Relação Escola-Comunidade.

contribuir para a redução da violência escolar em unidades localizadas em regiões de risco e vulnerabilidade social. (BRASIL, 2013a, p. 33).

Nesse sentido, com base no depoimento da GEI, foi possível compreender que o PME, ao propor como uma de suas atividades a ação Relação Escola-Comunidade, correspondeu ao primeiro Programa a oferecer atividades extracurriculares aos alunos das escolas municipais de Mesquita, bem como outras atividades para a comunidade do entorno dessas escolas, aos finais de semana, a citar: curso pré-vestibular e preparatório para concursos.

Assim, destacamos que, segundo os diretores das escolas e o DDE, no contexto da educação municipal de Mesquita, de modo geral, o PME contribuiu para o avanço da relação da escola com a família e com a comunidade, embora ainda haja aspectos que imponham obstáculos ao fortalecimento desse relacionamento, entre os quais destacamos o agendamento de reuniões na escola, no horário de trabalho dos pais.

Outro aspecto importante refere-se ao apoio que atualmente as escolas possuem de seus profissionais e da comunidade. Isso porque, no início da implantação do PME, o Programa teve dificuldades para ser aceito pelas comunidades escolar e local. Segundo alguns dos diretores escolares, essa situação começou a se modificar quando o PME passou a se constituir referência pedagógica para as escolas. Mais especificamente, quando as atividades do Programa passaram a ser integradas aos conteúdos abordados no âmbito do currículo do ensino regular.

Quanto à percepção da comunidade em relação ao PME, atualmente, ela é positiva, de modo que a demanda por vagas no Programa é grande e, em determinadas instituições, como a da Escola Piloto, há, inclusive, uma lista de espera com solicitações de matrícula. Quanto a isso, o DDE afirmou que a procura por vagas e a frequência no PME é maior naquelas escolas que conseguem melhor se organizar em relação aos espaços e aos monitores. Segundo o entrevistado, é possível identificar dois tipos de gestão do PME nas escolas: o primeiro refere-se àquela gestão que permite que o Programa se desenvolva na escola, a partir da promoção do básico para que ele aconteça; já o segundo tipo caracteriza-se por se empenhar para que o Programa seja desenvolvido do melhor modo possível, pelo compromisso que busca integrar o trabalho realizado pelos monitores às demais

atividades da escola e pelo envolvimento de todos os profissionais em prol da Educação Integral.

Ainda em relação à demanda por vagas e frequência no tempo integral, o DDE na SEMED evidenciou que, em algumas instituições escolares, a violência no entorno da escola, conforme evidenciado anteriormente, contribui para que o número de alunos matriculados no PME diminua, principalmente porque alguns pais temem o deslocamento dos estudantes a fim de realizarem atividades escolares nos espaços parceiros. Convém aqui ressaltar que essa violência também interfere na frequência dos alunos no ensino regular.

Nesse sentido, destacamos que a adesão ao PME é voluntária, sendo que, conforme relataram a Gerente dos Anos Iniciais, a PCPEI na EMRAS e a GEI, são promovidas estratégias, por parte da SEMED, junto às escolas, a fim de incentivar os alunos a se inscreverem no Programa, tais como: apresentação dos monitores aos estudantes, bem como do trabalho que desenvolvem; apresentação do PME em reunião com os pais, destacando os benefícios associados especialmente às oportunidades de aprendizagem vinculadas a uma maior permanência do aluno na escola; divulgação de informações associadas ao fato de que os alunos beneficiados pelo Programa Bolsa Família, do Governo Federal, têm prioridade de participação no PME; e apresentações dos trabalhos dos alunos inscritos no PME para a comunidade, mediante promoção de eventos/amostras culturais nas escolas.

Segundo a diretora da Escola Piloto, o acompanhamento, por parte das famílias, da trajetória escolar dos educandos no Município de Mesquita aumentou, embora ainda sejam necessários alguns avanços. Isso porque essa relação vem se configurando, basicamente, na observação das ações que a escola vem promovendo, não se constituindo, no seu entendimento, em uma participação efetiva delas na escola. A entrevistada acrescenta que a participação das comunidades escolar e local é necessária para que possam desenvolver o sentimento de pertencimento da instituição de ensino ao espaço local. Nesse sentido, o maior desafio é propiciar estratégias que permitam à população reconhecer a unidade escolar como um patrimônio da comunidade.

Já a avaliação e o monitoramento do PME, segundo a GEI, ocorrem no âmbito das próprias unidades escolares, ao buscarem levantar os aspectos que precisam melhorar, seguidos pelo encaminhamento deles à SEMED, com solicitação

de apoio, quando necessário. As escolas realizam, também, avaliações semestrais com os alunos participantes do Programa, a fim de diagnosticar sua capacidade de leitura e escrita. Especificamente em relação ao monitoramento do PME por parte da SEMED, de acordo com os depoimentos de três diretoras escolares, ele ocorre mediante reuniões com as direções das instituições escolares e com os coordenadores do Programa nas escolas, com a participação da gerência de Educação Integral nas reuniões com os pais/responsáveis dos alunos, bem como com visitas às escolas com vistas ao acompanhamento do desenvolvimento da Educação Integral.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da realização desta pesquisa, foi possível aferir que a implantação do PME sob a perspectiva de se constituir indutor da construção de políticas públicas de Educação Integral em tempo integral, na rede municipal de ensino de Mesquita, fez acompanhar-se de contribuições e desafios.

Com base nos relatos dos sujeitos participantes da pesquisa, foi possível constatar que, a partir de 2011, Mesquita deu início à realização de seminários de Educação Integral voltados, especialmente, para a formação dos educadores que atuavam no Programa Mais Educação em suas escolas municipais. Esses seminários tinham como objetivo não só discutir a proposta da escola de tempo integral existente naquele momento – e que vinha se materializando por meio do PME – mas também subsidiar as discussões associadas à construção de uma política própria de Educação Integral em tempo integral do Município. Essa política viria a se efetivar a partir da aprovação na Câmara Municipal da Lei nº 881/2015, que instituiu a Educação Integral em tempo integral na rede municipal de ensino, bem como da instalação da primeira escola de Educação Integral em tempo integral do Município – a Escola Municipal Maria Isabel, comumente conhecida por Escola Piloto de Educação Integral. Por meio das entrevistas e do documento *Esboço do Projeto de Lei de Educação Integral da Rede Municipal de Ensino de Mesquita*, concluímos que a implantação do PME associada ao processo de formação continuada dos educadores envolvidos (aqueles vinculados à realização de seminários e fóruns), oferecido pela rede municipal de ensino de Mesquita, contribuiu para o fortalecimento da construção de uma política de Educação Integral em tempo integral no Município.

Além do fato de a proposta de educação em tempo integral do Município de Mesquita ter como origem a experiência proporcionada pelo PME, o Programa constitui-se na base da iniciativa, especialmente no que se refere ao seu financiamento. Foram os recursos do PME que possibilitaram às escolas adquirirem equipamentos e materiais para realizarem as atividades no tempo integral, sendo que o desenvolvimento da proposta de educação em tempo integral, mediante a implantação do PME, possibilitou aos educadores aprenderem, no contexto da prática, o que era viável e o que era inviável para o bom desenvolvimento das ações

associadas à Educação Integral. Essas aprendizagens vêm impactando tanto o cotidiano das escolas que aderiram ao PME em Mesquita quanto, especialmente, a experiência própria de Educação Integral em tempo integral do Município, concretizada por meio da Escola Piloto, permitindo afirmar que o PME cumpriu seu objetivo, enquanto indutor de política pública, em relação ao Município de Mesquita.

Nesse sentido, foi possível constatar que o PME possibilitou às escolas terem acesso a recursos (humanos, materiais e financeiros) que proporcionaram um maior desenvolvimento dos alunos, sob a perspectiva de sua formação integral. Para além da proteção social, o PME permitiu aos estudantes a possibilidade de desenvolverem outras habilidades que a escola regular, no contexto atual, em geral, não consegue disponibilizar, tais como: aulas de música, esportes, acompanhamento pedagógico e atividades-passeio. Além disso, os materiais que as escolas adquiriram, por meio da adesão ao PME, vêm sendo disponibilizados para uso de todos os profissionais da instituição escolar, o que faz com que os professores do ensino regular reconheçam essa ação como sendo algumas das contribuições do Programa à escola.

Ademais, observa-se que, no período inicial de implantação do PME na rede municipal de ensino de Mesquita, houve uma preocupação, por parte da SEMED, em proporcionar aos educadores envolvidos no Programa uma formação teórica e conceitual, além de lhes possibilitar o conhecimento de uma experiência semelhante realizada em um município próximo, o que se consistiu num diferencial da implantação do Programa no Município. Esse processo de formação junto à Secretaria Municipal de Educação, iniciado em um período anterior à implementação do Programa demonstrou que: “[...] o município acreditava no potencial do PME de colaborar com o avanço da sua educação” (OLIVEIRA, 2014, p. 122).

Nesse sentido, vale destacar outra importante contribuição do PME, qual seja, o processo de formação continuada dos profissionais da educação e dos monitores da rede municipal de ensino de Mesquita, o qual é oferecido pela SEMED e pelas escolas municipais do Município. Foi possível detectar que o processo de formação oferecido pela SEMED aos monitores qualificou o trabalho destes, contribuindo para a melhoria da educação municipal e para que, na visão de alguns diretores de escola e PCPEIs, esses educadores passassem a ser tão importantes quanto os profissionais da educação dentro da escola. Observamos também que os diretores participantes do grupo focal acreditam que a formação continuada, que os

monitores recebem *in loco*, contribui para uma maior qualificação da formação oferecida pelas universidades, já que, por meio daquela, eles têm a possibilidade de atuar na profissão escolhida, vivenciando situações cotidianas advindas da interação com os alunos e outros profissionais da educação.

Na medida em que avança o tempo de implantação do PME em Mesquita, as ações das escolas e/ou da SEMED vêm contribuindo para que se estabeleça um início de integração entre os profissionais da educação e os monitores do PME. Essa integração vem ocorrendo gradativamente, principalmente no primeiro segmento do Ensino Fundamental, já que os profissionais que atuam nesse segmento permanecem por mais tempo na escola, facilitando o estabelecimento do diálogo com os monitores e, por conseguinte, de uma maior aproximação desses profissionais. Todavia, cabe ressaltar que essa integração não vem ocorrendo da mesma forma no segundo segmento do EF, haja vista, especialmente, o exíguo tempo de permanência de seus professores na escola, restringindo o contato entre eles e os monitores do PME aos momentos de formação oferecidos pela escola e/ou pela SEMED.

Além disso, o Município vem buscando gradativamente integrar o turno e o contraturno das escolas, tendo por base os processos de formação dos coordenadores pedagógicos, professores coordenadores pedagógicos de educação integral, monitores, professores e, por vezes, mães educadoras, uma vez que esses processos se constituem importantes momentos para a construção de diálogos, a partir de referenciais teórico-práticos, contribuindo para uma maior aproximação entre esses educadores.

Ainda no que tange às contribuições do PME em Mesquita, destacamos aquelas vinculadas ao processo educacional. Observamos aqui a relatada melhoria da aprendizagem dos alunos como um diferencial do Programa em relação às atividades associadas ao currículo regular, balizada, entre outras ações, pelo processo de formação continuada dos educadores envolvidos e pela utilização de metodologias de ensino mais atraentes, a citar: os jogos pedagógicos que compõem os *kits* das atividades do Programa e as aulas-passeio. Também, vem contribuindo para esse avanço dos alunos o fato de a atividade de Orientação de Estudos e Leitura ocorrer diariamente.

Outra contribuição vinculada ao PME refere-se ao avanço da compreensão da SEMED associada ao processo colaborativo que deve envolver a

implantação de Programas com origem no Governo Federal no âmbito do Município, os quais devem contar com complementações/contrapartidas disponibilizadas pelo Governo Municipal de forma a que suas escolas possam desenvolver esses Programas de forma efetiva, sem maiores dificuldades operacionais afora aquelas inerentes ao próprio processo de implantação. No caso do PME, estas complementações/contrapartidas foram disponibilizadas nas seguintes formas: a carga horária de 40 horas semanais associada ao professor coordenador pedagógico de Educação Integral, totalizada a partir de um adicional de 20 horas dada aos professores que desenvolvem essa função; de 2009 a 2011, o Município ofertou um valor adicional às mães educadoras do PME nas escolas, além do valor advindo do FNDE, via PDDE, associado a ressarcimento de despesas; a disponibilização de um assistente de serviços gerais para auxiliar na limpeza dos espaços parceiros das escolas que contam com o PME; e complementação dos recursos destinados à merenda escolar.

Outro aspecto positivo, diretamente relacionado à gestão do PME, refere-se à autonomia das escolas no que tange ao gerenciamento dos recursos do Programa, ao mesmo tempo em que elas continuam a contar com o apoio da SEMED. A estratégia de descentralização dos recursos financeiros do PME, por meio do PDDE-Educação Integral, diretamente para as escolas, possibilita maior agilidade e qualidade na sua aplicação, uma vez que oportuniza às escolas estabelecerem negociações com fornecedores, por exemplo.

A criação do Comitê Municipal de Educação Integral também se constituiu um avanço, diretamente associada à gestão do PME, porém vinculado à proposta de Educação Integral no Município. O Comitê direcionará suas ações para as diferentes ações de Educação Integral desenvolvidas em Mesquita, suplantando o PME na medida em que o Município avançar no delineamento de sua política de Educação Integral.

Apesar de o PME ter contribuído para o avanço da rede municipal de ensino de Mesquita, muitos são ainda os desafios a serem superados de forma a possibilitar um maior fortalecimento da Educação Integral em tempo integral no Município.

Assim, citamos aqui alguns problemas associados aos monitores, atores que conquistaram fundamental importância no contexto do Mais Educação nas escolas, os quais, embora não integrem a categoria dos profissionais da educação,

vêm contribuindo significativamente com a tarefa de educar no contexto do PME. Afora a ampliação da carga horária de formação dos monitores, destacamos a necessária inserção de outros profissionais da escola, além do PCPEI, nos processos formativos, que ocorrem uma vez por mês, destinados exclusivamente a esses educadores, possibilitando-lhes, assim, aprofundamento e diversificação das referências teórico-práticas.

Embora os entrevistados tenham destacado a importância do monitor no contexto da implantação do PME em Mesquita, considerando-o, inclusive, imprescindível, eles, concomitantemente, revelaram a necessidade de o Município dar início a processos que resultem em estratégias voltadas para uma maior valorização desse educador. Pois, embora a SEMED e as escolas estabeleçam exigências em relação ao perfil e à formação dos monitores para que atuem no Programa, ao exercerem suas funções na condição de voluntários, eles não fazem jus aos benefícios conquistados pela categoria dos professores, tais como: salário, 13º salário, férias. Além disso, principalmente, o apoio financeiro que lhes é disponibilizado não deveria sofrer solução de continuidade nos meses de janeiro, fevereiro e março, período em que não são desenvolvidas as atividades do PME.

Questões associadas à necessária valorização bem como à instabilidade profissional dos monitores contribuem para sua rotatividade nas escolas, prejudicando o desenvolvimento do Programa. Assim, as discussões, no âmbito das instâncias subnacionais, acerca do perfil dos novos educadores que irão atuar nas escolas de tempo integral – e aqui vale destacar que, embora as reflexões envolvam os monitores, devem ultrapassá-los, inclusive, se for o caso, sob a perspectiva de um modelo a ser progressivamente superado, deixando de se constituir em uma referência única para os projetos voltados para uma Educação Integral – devem ser acompanhadas de decisões que envolvam: formação, concurso, condições de trabalho, salário, entre outras ações, as quais, além da valorização profissional, abarquem a valorização da educação, entendida como estratégia fundamental para a emancipação humana. Nesse sentido, faz-se premente que as alternativas que agreguem valorização aos novos educadores que atuam no PME se façam presentes nos documentos norteadores do Programa e que, aos poucos, venham a ser incorporadas pelos Municípios e Estados brasileiros.

Outro desafio em relação ao desenvolvimento do PME em Mesquita refere-se aos já mencionados atrasos, por parte do Governo Federal, no envio dos

recursos associados ao Programa. Esse fato faz com que os monitores/“oficineiros” fiquem a mercê dessa oscilação para receberem o ressarcimento financeiro que lhes é devido. Isso compromete também qualquer planejamento executado pela gestão do PME nas escolas, impondo obstáculos à organização e ao início de suas atividades, à contratação de monitores, bem como à aquisição de materiais. Esses atrasos, reiterados a cada novo ano, fizeram com que os gestores dos recursos do PME na escola – o pagamento dos monitores é realizado pela escola que administra as verbas do PME –, com o tempo, passassem a deixar, de um ano para outro, um montante reservado para o pagamento dos monitores no ano subsequente, de modo a não prejudicar o andamento das ações do Programa, até que seja realizado o repasse dos recursos, por parte da União.

Quanto aos espaços das instituições escolares para a realização das atividades/oficinas do PME, o maior desafio identificado refere-se à carência de estrutura física adequada, em dimensão e qualidade, em algumas escolas municipais do Município de Mesquita. Desse, decorre outro desafio, qual seja, a conquista de parcerias para obtenção de espaços na comunidade do entorno escolar, a fim de permitir o desenvolvimento do PME.

Em meio aos contextos do necessário avanço das condições infraestruturais das escolas brasileiras e da implementação do novo Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), aprovado pela Lei nº 13.005/2014, faz-se necessário observar que, no momento da construção de novas escolas, por parte das redes estaduais e municipais de ensino do País, é preciso considerar a necessidade de seus espaços físicos abrigarem os alunos em tempo integral, considerando a exigência da meta número seis do PNE, que determina que 50% das escolas públicas ofereçam educação em tempo integral, de modo a atender, no mínimo, 25% dos alunos da educação básica.

A dinâmica de organização do tempo escolar ampliado em turno e contraturno também foi considerada como sendo um desafio associado à implantação do PME nas escolas municipais de Mesquita. Primeiramente, porque não são todos os alunos que participam do Programa e que permanecem em tempo integral na escola, representando uma dificuldade para ela se organizar, em seu cotidiano, com vistas a administrar essa situação. Em segundo lugar, e ainda decorrente da situação anterior, destacamos a fragmentação do currículo escolar e a dificuldade de as escolas proporem um currículo integrado, visto que o tempo

integral não é destinado a todos os educandos. Dessa maneira, pode-se inferir que a problemática evidenciada não seja decorrente, diretamente, da fragmentação das atividades do currículo regular em um turno e das atividades do PME em turno oposto, mas sim devido ao tempo integral não ser destinado a todos os estudantes da escola e por ele não se realizar sob uma real dinâmica de turno integral.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. 4. ed. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial da União [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966. Dispõe sobre o sistema tributário nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. *Diário Oficial da União [da] República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, 25 out. 1966a.

BRASIL. Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998. Regulamenta o trabalho voluntário no país. *Diário Oficial da União [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, fev. 1998.

BRASIL. Decreto nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007. Proposições de uma Política. Intersetorial entre os Ministérios da Saúde e da Educação na Perspectiva da Atenção Integral (prevenção, promoção e atenção) à saúde de crianças, adolescentes e jovens do Ensino Básico Público. *Diário Oficial da União [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 6 jan. 2007.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Secretaria de Educação Básica (SEB). *Manual de Educação Integral para obtenção de apoio financeiro através do Programa Dinheiro Direto na Escola: PDDE/Integral*, no exercício de 2009. Brasília, DF, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Secretaria de Educação Básica (SEB). *Programa Mais Educação: Passo a Passo*. Brasília, DF, 2009a.

BRASIL. Decreto nº 7.083, de 27 de janeiro de 2010. Dispõe sobre o Programa Mais Educação. *Diário Oficial da União [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 27 jan. 2010.

_____. Ministério da Educação (MEC). Programa Dinheiro Direto na Escola para o funcionamento das escolas nos finais de semana. *Manual Operacional do Programa Escola Aberta: Educação, Cultura, Esporte e Trabalho para a Juventude*. Exercício de 2010/2011 – Resolução nº 3, de 1º de abril de 2010, do Conselho Deliberativo do FNDE. Brasília, DF, 2010a.

BRASIL. Resolução nº 20, de 6 de maio de 2011. Dispõe sobre a destinação de recursos financeiros nos moldes e sob a égide da Resolução nº 17, de 19 de abril de 2011, as escolas públicas municipais, estaduais e do Distrito Federal, com vistas a assegurar a realização de atividades de Educação Integral, de forma a compor a jornada escolar de, no mínimo, sete horas diárias. *Diário Oficial da União [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 9 mai. 2011.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Secretaria de Educação Básica (SEB). *Caminhos para elaborar uma proposta de Educação Integral em jornada ampliada*. Brasília, DF, 2011a.

BRASIL. Resolução FNDE/CD nº 26, de 17 de junho de 2013, dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. *Diário Oficial da União [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 18 jun. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Secretaria de Educação Básica (SEB). Diretoria de Currículos e Educação Integral. *Manual Operacional de Educação Integral*. Brasília, DF, 2013a.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Secretaria de Educação Básica (SEB). Diretoria de Currículo e Educação Integral. *Manual da Educação Integral em jornada ampliada para obtenção de apoio financeiro por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE/Educação Integral*, no exercício de 2013. Brasília, DF, 2013b.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Secretaria de Educação Básica (SEB). *Manual de Educação Integral para obtenção de apoio financeiro através do Programa Dinheiro Direto na Escola: PDDE/integral*, no exercício de 2014. Brasília, DF, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). *SIMEC – Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle*. Disponível em: <<http://simec.mec.gov.br/login.php>>. Acesso em: 20 nov. 2014a.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). *Projovem Urbano*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=17462&Itemid=817>. Acesso em: 20 dez. 2014b.

COELHO, L. M. C. da C. História(s) da Educação Integral. *Brasília: Em Aberto*, v. 22, n. 80, p. 83-96, abr. 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Informações gerais sobre todos os municípios do Brasil. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=330285>>. Acesso em: 12 nov. 2014.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. *Ideb 2013 indica melhora no ensino fundamental*. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/portal-ideb>>. Acesso em: 24 dez. 2014a.

MESQUITA (Município). *Lei Orgânica do Município de Mesquita*, de 25 de setembro de 1999. Câmara Municipal, 1991. Atualizada em: 31 mar. 2008.

MESQUITA (Município). *Lei nº 434*, de 25 de março de 2008. Institui o Sistema Municipal de Ensino de Mesquita e dá outras providências. Mesquita, 2008a.

MESQUITA (Município). Secretaria Municipal de Educação (SEMED). *Regimento Escolar comum das escolas que compõem a Rede Municipal de Ensino de Mesquita*. Aprovado em: 11 mai. 2011.

MESQUITA (Município). Secretaria Municipal de Educação (SEMED). *Projeto Básico do I Seminário de Educação Integral da Rede Municipal de Ensino de Mesquita*. Mesquita, 2011a.

MESQUITA (Município). Secretaria Municipal de Educação (SEMED). Portaria nº 209 de 2011. Mesquita, 2011b.

MESQUITA (Município). Secretaria Municipal de Educação (SEMED). *Projeto Básico do II Seminário de Educação Integral da Rede Municipal de Ensino de Mesquita*. Mesquita, 2012.

MESQUITA (Município). Secretaria Municipal de Educação (SEMED). *Esboço do Projeto de Lei de Educação Integral da Rede Municipal de Ensino de Mesquita*. Mesquita, 2012a.

MESQUITA (Município). Secretaria Municipal de Educação (SEMED). *Portaria nº 025/2013*. Institui o Comitê Municipal de Educação Integral de Mesquita. Mesquita, 2013.

MESQUITA (Município). Secretaria Municipal de Educação (SEMED). *Proposta Pedagógica da Escola Piloto de Educação Integral em Tempo Integral – EMMI*. Mesquita, 2014. Mimeografado.

MESQUITA (Município). Secretaria Municipal de Educação (SEMED). *Sistema de Funcionamento do PME*. Mesquita, 2014a.

MESQUITA (Município). *Encontra Mesquita*. Disponível em: <<http://www.encontramesquita.com.br/mesquita-rj/>>. Acesso em: 12 dez. 2014b.

MESQUITA. Prefeitura de. *Prefeitura de Mesquita – Compromisso com a nossa gente*. Disponível em: <<http://www.mesquita.rj.gov.br/>>. Acesso em: 12 dez. 2014c.

MESQUITA (Município). *Lei nº 881* de 31 de março de 2015. Dispõe sobre diretrizes para educação integral, integrada e em tempo integral com gradual e progressiva ampliação da jornada escolar dos alunos do ensino fundamental da rede municipal de ensino. Mesquita, 2015.

OLIVEIRA, L. G. *A formação continuada no âmbito do Programa Mais Educação no município de Mesquita – RJ*. 2014, 152f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Rio de Janeiro, 2014.

PAIVA, F. R. S. *Educação em tempo integral: cursos e percursos dos projetos e ações do governo de Minas Gerais na rede pública do ensino fundamental, no período de 2005 a 2012*. Viçosa/MG. Dissertação (Mestrado em Educação). Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2013.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD. *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013*. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/ranking-idhm-municipios-2010.aspx>>. Acesso em: 20 dez. 2014.

RIO DE JANEIRO (Estado). Lei nº 3.253, de 25 de setembro de 1999. Cria o Município de Mesquita. *Diário Oficial [do] Estado do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 28 set. 1999.

RIO DE JANEIRO (Estado). *ISP – Instituto de Segurança Pública*. Disponível em: <<http://www.isp.rj.gov.br>>. Acesso em: 12 dez. 2014.

ROSA, A. V. do N. *Educação integral e(m) tempo integral: Espaços no Programa Bairro-Escola, Nova Iguaçu – RJ*. Dissertação (Mestrado em Educação). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2011.

SILVA, M. F. S. *Das terras de Mutambó ao município de Mesquita-RJ*. Mesquita: Entorno, 2007.

ANEXOS

Anexo A: Roteiro de entrevistas

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM SECRETÁRIA(O) MUNICIPAL/ESTADUAL DE EDUCAÇÃO E COM COORDENADORES(AS) DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO

1) Dados gerais do entrevistado: (Nome:/Formação/Cargo efetivo na rede/Tempo no cargo/...)

<p style="text-align: center;">CONTEXTO E POLÍTICAS EDUCACIONAIS DOS ESTADOS/MUNICÍPIOS</p> <ul style="list-style-type: none">• COMO CARACTERIZA O CONTEXTO EDUCACIONAL/HISTÓRICO E SITUAÇÃO ATUAL DA EDUCAÇÃO (<i>OUTROS PROJETOS/PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO INTEGRAL, PROJETOS EXTRACURRICULARES, ETC.</i>).
<p style="text-align: center;">HISTÓRIA DA IMPLANTAÇÃO DO PME:</p> <ul style="list-style-type: none">• MOTIVOS.• PLANOS DE AÇÃO.• QUANDO/COMO.• INFLUÊNCIA DE OUTRAS POLÍTICAS PÚBLICAS E EXPERIÊNCIAS.• FUNDAMENTAÇÃO/OBJETIVOS/CONCEPÇÃO.• QUEM PROPÔS/ENVOLVIDOS (<i>ESCOLAS, COMUNIDADE, GESTORES, ETC.</i>).• ARTICULAÇÃO COM OUTROS ORGÃOS, INTERSETORIALIDADE.
<p style="text-align: center;">FINANCIAMENTO</p> <ul style="list-style-type: none">• COMPLEMENTAÇÃO DE RECURSOS DA SECRETARIA/OUTRAS PARCERIAS/CONTRAPARTIDAS/INTERSETORIALIDADE.• As escolas recebiam dinheiro das secretarias locais? Existia um Caixa Escolar? Já existiam gastos anteriormente ao PME com ampliação de jornada?• O PME gerou a necessidade de disponibilidade de mais dotação orçamentária do município/estado para a implementação da Educação Integral? Essa dotação orçamentária está regulamentada?• O PME influenciou a criação de estratégia(s) de descentralização de recursos para as escolas de tempo integral?• O PME está recebendo contrapartida dos estados/municípios? Quais (recursos adicionais para merenda, complementação de carga horária para o professor comunitário...)?
<p style="text-align: center;">ORGANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EXPERIÊNCIA</p> <ul style="list-style-type: none">• PLANOS DE AÇÃO (<i>NORMATIZAÇÕES, SUSTENTABILIDADE, DIRETRIZES, PROJETO POLÍTICO, CURRÍCULO</i>) HOUVE ALTERAÇÕES? QUAIS? O PME ESTÁ ENVOLVIDO NA GESTÃO DA SECRETARIA? COMO?• CRIAÇÃO DE SETOR ESPECÍFICO DE EDUCAÇÃO INTEGRAL/PME.• DEMANDAS/NÚMERO DE ESCOLAS/NÚMERO DE VAGAS/CRITÉRIOS DE

<p>ACESSO.</p> <ul style="list-style-type: none"> • AMPLIAÇÃO DO NÚMERO DE ATENDIMENTOS (SIM, NÃO). • FORMATO DA EXPERIÊNCIA/ARTICULAÇÃO COM OUTRAS EXPERIÊNCIAS DE EI. • PROCESSO DE ADEÇÃO (<i>ESCOLAS/PROFESSORES/FAMÍLIAS/OUTROS SUJEITOS</i>). • CRITÉRIO DE ESCOLHA DOS TIPOS DE ATIVIDADE (<i>SUJEITOS, ESPAÇOS, PARCERIAS, GESTÃO</i>). • AVANÇOS E DESAFIOS/ESTRATÉGIAS. • ARTICULAÇÃO COM OUTROS ORGÃOS, INTERSETORIALIDADE.
<p style="text-align: center;">ESPAÇO</p> <ul style="list-style-type: none"> • CENTRADO NA ESCOLA? RELAÇÃO COM A CIDADE? HOUVE MUDANÇAS? • DESLOCAMENTOS/CIRCULAÇÃO/PARCERIAS/INTERSETORIALIDADE. • ADAPTAÇÕES/REFORMAS/CONSTRUÇÕES. • AVANÇOS/DESAFIOS/ESTRATÉGIAS.
<p style="text-align: center;">TEMPO</p> <ul style="list-style-type: none"> • EXISTÊNCIA ANTERIOR DE JORNADA AMPLIADA. • ORGANIZAÇÃO DO TEMPO ESCOLAR NA EXPERIÊNCIA DO PME (<i>NÚMERO DE HORAS DA JORNADA, DURAÇÃO DE CADA ATIVIDADE, AULA OU OFICINA</i>). • INICIATIVAS PARA REGULAMENTAÇÃO ESPECÍFICA DO TEMPO ESCOLAR AMPLIADO. • AVANÇOS E DESAFIOS/ESTRATÉGIAS.
<p style="text-align: center;">ATIVIDADES</p> <ul style="list-style-type: none"> • OPÇÃO PELO FORMATO CURRICULAR? OUTROS? (<i>AULAS, OFICINAS, EIXOS TEMÁTICOS/MACROCAMPUS</i>). • COMO SE DEU? COMO AVALIA?
<p style="text-align: center;">EDUCADORES ENVOLVIDOS</p> <ul style="list-style-type: none"> • PROFESSORES/OFICINEIROS/ESTAGIÁRIOS/COMUNIDADE/OUTROS. • CONTRATAÇÃO (CONCURSOS, VOLUNTRIADO, ESTÁGIOS, CONTRATOS TEMPORÁRIOS, PLANOS DE CARREIRA, OUTROS). • PROFESSORES X OFICINEIROS. • POLÍTICA DE FORMAÇÃO DOS EDUCADORES.
<p style="text-align: center;">GESTÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> • PRINCIPAIS AVANÇOS E DESAFIOS NA GESTÃO DO PME E DA EDUCAÇÃO INTEGRAL NO MUNICÍPIO. <ul style="list-style-type: none"> - papel da secretaria – qual é; como vem sendo desempenhado. - Intersetorialidade. - Comitês. - Fóruns de decisão. - Formas de participação dos envolvidos. - Relação escola-famílias-comunidade.

RESULTADOS E IMPACTOS

- AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO.
- RESULTADOS ALCANÇADOS.
- FORMAÇÃO DOS ALUNOS: ASPECTOS SOCIAIS, EMOCIONAIS, AFETIVOS, COGNITIVOS.
- INTEGRAÇÃO AO TERRITÓRIO/CIDADE.
- MUDANÇA NO CONTEXTO EDUCACIONAL.
- OBSTÁCULOS ENFRENTADOS/DIFICULTADORES DA EXPERIENCIA.
- PRINCIPAIS DESAFIOS.
- FATORES DE SUCESSO FACILITADORES.

OUTRAS CONSIDERAÇÕES

Anexo B: Roteiros de Grupos Focais

PESQUISA MAIS EDUCAÇÃO – ROTEIROS DE GRUPOS FOCAIS

OFICINEIROS/MONITORES

- FUNÇÃO/PAPEL QUE DESEMPENHAM NO PME
- CRITÉRIO DE CONTRAÇÃO/VÍNCULO DE TRABALHO.
- CONDIÇÕES DE TRABALHO (*CARGA HORÁRIA, NÚMERO DE OFICINAS, REMUNERAÇÃO*).
- FORMAÇÃO: PELA SECRETARIA? OUTROS?
- PARTICIPAÇÃO NA ESCOLHA DAS OFICINAS.
- DINÂMICA DE TRABALHO NO PME.
- ORGANIZAÇÃO DAS OFICINAS.
- ESPAÇOS UTILIZADOS: NA ESCOLA/NA COMUNIDADE/NA CIDADE.
- DESLOCAMENTOS/CIRCULAÇÃO/APROPRIAÇÃO.
- RELAÇÃO COM A ESCOLA/RELAÇÃO COM OS PROFISSIONAIS DA ESCOLA/RELAÇÃO COM A COMUNIDADE.
- RELAÇÃO COM OS EDUCANDOS.
- 'NOVOS EDUCADORES' (AVANÇOS, DESAFIOS, CONQUISTAS E DIFICULDADES).
- AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DO TRABALHO DOS OFICINEIROS E MONITORES.
- PERCEPÇÃO SOBRE O PME/CONTRIBUIÇÕES DOS EDUCADORES.
- AVANÇOS/DESAFIOS/ESTRATÉGIAS.

PROFESSOR COMUNITÁRIO

- FUNÇÃO/PAPEL QUE DESEMPENHA NO PME.
- FORMAÇÃO ACADÊMICA.
- CRITÉRIO DE CONTRAÇÃO/VÍNCULO DE TRABALHO NA REDE.
- CONDIÇÕES DE TRABALHO (*CARGA HORÁRIA, DEDICAÇÃO EXCLUSIVA*).
- FORMAÇÃO: PELA SECRETARIA? OUTROS?
- PARTICIPAÇÃO NA ESCOLHA DAS OFICINAS. COMO?
- INSERÇÃO DOS MACROCAMPUS NA MATRIZ CURRICULAR.
- MODIFICAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO.
- REORGANIZAÇÃO DAS DISCIPLINAS CURRICULARES.
- PARTICIPAÇÃO/CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DOS OFICINEIROS/MONITORES/ESTAGIÁRIOS.
- CRITÉRIO DE ADESÃO DOS EDUCANDOS NO PROGRAMA.
- ORGANIZAÇÃO E ROTINA DAS OFICINAS E DEMAIS ATIVIDADES.
- INTEGRAÇÃO TURNO E CONTRATURNO.
- ESPAÇOS UTILIZADOS: NA ESCOLA/NA COMUNIDADE/NA CIDADE (REFORMAS, ADAPTAÇÕES, COSTRUÇÕES, ETC.).

- DESLOCAMENTOS/CIRCULAÇÃO/APROPRIAÇÃO DO TERRITÓRIO (MODIFICAÇÕES, UTILIZAÇÃO, ETC.).
- RELAÇÃO/VÍNCULO COM A COMUNIDADE (PARCERIAS COM FAMÍLIAS, ONG'S, ESPAÇOS ESPORTIVOS, ASSOCIAÇÕES, CENTRO CULTURAIS, OUTROS).
- DIÁLOGO COM A SECRETARIA.
- 'NOVOS EDUCADORES' (AVANÇOS, DESAFIOS, CONQUISTAS E DIFICULDADES).
- RELAÇÃO DOS OFICINEIROS COM OS DEMAIS PROFISSIONAIS DA ESCOLA.
- AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DO TRABALHO DOS OFICINEIROS E MONITORES.
- PERCEPÇÃO SOBRE O PME (AVANÇOS/DESAFIOS/ESTRATÉGIAS).

FAMÍLIAS

- MOTIVOS DA ADESÃO AO PME.
- PARTICIPAÇÃO NAS DISCUSSÕES SOBRE A AMPLIAÇÃO DA JORNADA.
- ADESÃO DAS FAMÍLIAS AO PME (PARTICIPAÇÃO DOS FILHOS E FILHAS).
- PARTICIPAÇÃO NA ESCOLHA DAS OFICINAS.
- ORGANIZAÇÃO DA EXPERIÊNCIA (TEMPOS, ATIVIDADES, ETC.).
- OFICINAS OFERTADAS (COMO PERCEBE E AVALIA).
- PERCEPÇÃO EM RELAÇÃO À AMPLIAÇÃO DA JORNADA ESCOLAR.
- ESPAÇOS UTILIZADOS: NA COMUNIDADE/NA CIDADE (COMO PERCEBE/AVALIA).
- DESLOCAMENTOS/CIRCULAÇÃO/APROPRIAÇÃO DO TERRITÓRIO (COMO PERCEBE/AVALIA).
- DIÁLOGO E APROXIMAÇÃO DAS FAMÍLIAS COM A ESCOLA.
- 'NOVOS EDUCADORES' (AVANÇOS, DESAFIOS, CONQUISTAS E DIFICULDADES).

EDUCANDOS

- PARTICIPAÇÃO NAS DISCUSSÕES SOBRE A AMPLIAÇÃO DA JORNADA.
- PARTICIPAÇÃO NA ESCOLHA DAS OFICINAS.
- OFICINAS OFERTADAS/QUAIS OFICINAS ESCOLHERIA (COMO PERCEBE E AVALIA).
- RELAÇÃO COM TURNO E CONTRATURNO.
- RELAÇÃO COM OS EDUCADORES (PROFESSORES, PROFESSOR COMUNITÁRIO E OFICINEIROS).
- PERCEPÇÃO EM RELAÇÃO A AMPLIAÇÃO DA JORNADA ESCOLAR.
- ESPAÇOS UTILIZADOS: NA COMUNIDADE/NA CIDADE (COMO PERCEBE/AVALIA).
- DESLOCAMENTOS/CIRCULAÇÃO/APROPRIAÇÃO DO TERRITÓRIO (COMO PERCEBE/AVALIA).

DIRETOR

- FORMAÇÃO ACADÊMICA/VÍNCULO DE TRABALHO NA ESCOLA/REDE.
- FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO INTEGRAL: PELA SECRETARIA? OUTROS?
- PARTICIPAÇÃO NA ESCOLHA DAS OFICINAS. COMO?
- INSERÇÃO DOS MACROCAMPUS NA MATRIZ CURRICULAR/INTEGRAÇÃO TURNO E CONTRATURNO.
- MODIFICAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO/REORGANIZAÇÃO DAS DISCIPLINAS CURRICULARES.
- PARTICIPAÇÃO/CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DOS OFICINEIROS/MONITORES/ESTAGIÁRIOS.
- CRITÉRIO DE ADESÃO DOS EDUCANDOS NO PROGRAMA/ATENDE A DEMANDA.
- ORGANIZAÇÃO E ROTINA DAS OFICINAS E DEMAIS ATIVIDADES.
- AVALIAÇÃO DO ENVOLVIMENTO DA EDUCANDOS/COMUNIDADE/FAMÍLIAS NA EXPERIÊNCIA.
- ESPAÇOS UTILIZADOS: NA ESCOLA/NA COMUNIDADE/NA CIDADE (REFORMAS, ADAPTAÇÕES, COSTRUÇÕES, ETC.).
- DESLOCAMENTOS/CIRCULAÇÃO/APROPRIAÇÃO DO TERRITÓRIO (MODIFICAÇÕES, UTILIZAÇÃO, ETC.).
- RELAÇÃO/VÍNCULO COM A COMUNIDADE (PARCERIAS COM FAMÍLIAS, ONG'S, ESPAÇOS ESPORTIVOS, ASSOCIAÇÕES, CENTRO CULTURAIS, OUTROS).
- INTERSETORIALIDADE (OUTRAS SECRETARIAS E ORGÃOS DO ESTADO/MUNICÍPIO).
- DIÁLOGO COM A SECRETARIA/CONTRAPARTIDAS DA SECRETARIA.